

RELATÓRIO ANUAL

DE INFORMAÇÕES 2011



COMPROMISSO ATRAVÉS DO TEMPO

FIBRA
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Fundação
Itaipu
Brasil

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

MUNDO NOVO: NOVAS OPORTUNIDADES, NOVOS DESAFIOS, NOVOS CAMINHOS.

Se ainda havia alguma dúvida de que ingressamos em um mundo novo, ela certamente foi dissipada pelas notícias de 2011. Assistimos à ameaça de desestruturação da União Europeia, no cenário de uma Europa cada vez mais envelhecida, endividada e dividida, o que coloca em dúvida não só a sustentabilidade do modelo de bem-estar social vigente desde o pós-guerra, como também a viabilidade da união monetária representada pelo Euro.

Assistimos ao empobrecimento dos Estados Unidos, que por décadas tiveram seu crescimento econômico e a valorização de ativos impulsionados pelo endividamento das famílias e, a partir de 2008, viram-se obrigados a enfrentar uma dura realidade, com os movimentos sociais ocupando espaço nas ruas e na mídia. Assistimos ao Japão, vitimado pela catástrofe de um terremoto seguido de um tsunami, sofrer os reflexos dos prejuízos causados ao setor produtivo, que culminaram com o primeiro déficit comercial em décadas. Vimos também os países árabes passando por processos de transformação social em busca de novos caminhos.

Por outro lado, novos atores globais começam a surgir, com evidência para o Brasil, a China e a Índia, beneficiados pelos seus mercados internos, mão de obra barata ou abundância de matéria prima. Além de uma distribuição etária favorável, esses países têm assumido papel de maior relevância nas discussões internacionais ao apresentarem riscos menores do que muitos dos chamados “países desenvolvidos”.

Tal situação é auspiciosa para o Brasil. Ver nosso País pagando juros internacionais menores do que a Itália, a Espanha ou Portugal, sem falar da combalida Grécia, é algo que muitos de nossa geração não esperavam. Neste novo cenário que se avizinha, a redução de juros abre outras perspectivas para o crescimento das atividades produtivas e melhoria da qualidade de vida da população.

Entretanto, a mesma redução de juros que comemoramos como cidadãos nos preocupa como investidores, uma vez que o equilíbrio do plano de benefícios da Fibra pressupõe a obtenção de uma rentabilidade real. Em 2011, esse índice foi de 5,75% acima da inflação. Em face da nova conjuntura macroeconômica adotada no Brasil, não é mais possível obter tais rendimentos com aplicações apenas em títulos federais. Novas alternativas de investimentos são necessárias, com os riscos e oportunidades delas decorrentes.

O plano de benefícios da Fibra foi criado pela Itaipu Binacional com base em algumas premissas, entre as quais figuram, além da rentabilidade real necessária, a garantia de remuneração com base na média do final de carreira, apurada nos termos do regulamento, e o reajuste do benefício vinculado ao reajuste salarial acordado em ACT. Tais características possuem vários aspectos positivos, relacionados à segurança do participante e do assistido, mas também têm apresentado sua face de riscos, especialmente em razão do crescimento do passivo atuarial produzido pelo aumento da longevidade e pelas sentenças judiciais trabalhistas com reflexos previdenciários.

Apesar do cenário de rentabilidade mostrar-se adverso, a Fibra permanece superavitária, graças aos resultados positivos acumulados nos últimos anos, frutos de um processo de gestão profissional e transparente, somado às boas oportunidades oferecidas pelo mercado até então. Entretanto, não há garantias de que no futuro conseguiremos repetir esses números, diante da instabilidade dos mercados e das quedas dos juros pagos pelos títulos federais. Atualmente a Fibra já paga em benefícios o dobro do que recebe em contribuições e está próxima de atingir 1.400 assistidos, quase a mesma quantidade de empregados ativos da Itaipu, na margem esquerda.

Vivemos em um mundo novo, diferente. Se melhor ou pior, o futuro dirá. Mas esse mundo diferente impõe desafios novos, que demandam novas soluções e novos caminhos. A Fibra é uma experiência de sucesso, mas devemos evitar que “o sucesso no passado bloqueie nossa visão de futuro”. Assim, não podemos nem ter medo das mudanças nem tampouco de enfrentar os desafios. Estamos preocupados? É claro que sim. Mas estamos confiantes de que, juntos, Itaipu e participantes, representados de forma paritária nos Colegiados, conseguiremos debater, definir e implantar as soluções e alternativas mais adequadas à nossa nova realidade, que assegurem o equilíbrio de longo prazo da nossa Fibra.

Diretoria Executiva

SÍNTESE DOS RESULTADOS

2011

O aprofundamento da crise financeira nos países europeus, que se refletiu em todos os mercados financeiros, também teve impactos adversos no mercado brasileiro, principalmente na bolsa de valores. Esse ambiente prejudicou o resultado dos investidores, entre eles os institucionais. A Fibra também sentiu esses reflexos na carteira de Renda Variável, cujos resultados foram adversamente afetados.

Por força desses reflexos, a rentabilidade marcada a mercado registrou desempenho de 9,53%, ou seja, 73,93% da meta atuarial prevista. No longo prazo, no entanto, a Fibra vem apresentando desempenho superior às necessidades atuariais.

DESEMPENHO DA FIBRA

Rentabilidades (em %)		2011	24 meses	36 meses	60 meses
Resultados	Fibra (contábil)	9,12	21,64	48,81	76,89
	Fibra (MTM) ¹	9,53	25,39	58,57	85,27
Objetivo	IPCA+6% ²	12,89	26,74	40,14	74,18
Referências	IPCA	6,50	12,80	17,66	30,16
	CDI	11,60	22,43	34,50	68,99
	IBOVESPA	(18,11)	(17,25)	51,14	27,59

1 - MTM ou Mercado a Mercado: Ajuste do valor de uma ação ou portfólio para refletir valores atuais de mercado.

2 - Rentabilidade Mínima Atuarial.

Reservas	2010 R\$ Mil	2011 R\$ Mil	Variação R\$ Mil	Variação %
Reserva Matemática (Passivo Atuarial) ³	1.810.764	2.018.883	208.119	11,49
Benefícios Concedidos	1.150.742	1.326.401	175.659	15,26
Benefícios a Conceder	704.230	737.315	33.085	4,70
Reserva a Amortizar	(44.208)	(44.833)	(625)	1,41
Reserva Técnica (Ativo Líquido) ⁴	1.961.109	2.093.747	132.638	6,76
Resultado Acumulado ⁵	150.345	74.864	(75.481)	(50,21)

3 - Passivo Atuarial (denominado Reserva Matemática): representa o valor atual dos compromissos atuais (benefícios concedidos) e futuros (benefícios a conceder), já descontada a expectativa do recebimento de contribuições futuras.

4 - Ativo Líquido (denominado Reserva Técnica): representa a parcela líquida do patrimônio reservada especificamente para a cobertura dos compromissos com benefícios concedidos e a conceder, já descontadas as provisões diversas, em especial para questões tributárias.

5 - Resultado Acumulado (Superávit): representa o resultado da diferença entre a evolução do Ativo Líquido e do Passivo Atuarial.

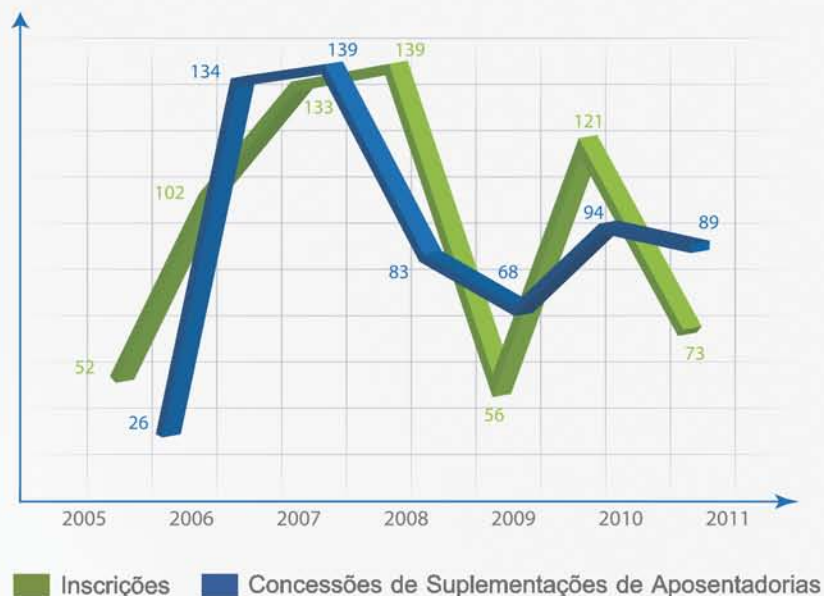
O superávit acumulado ficou em R\$ 74,9 milhões, já considerados os resultados dos investimentos (que compõem o Ativo Líquido) e a variação das necessidades de recursos para honrar o compromisso com os participantes (Passivo Atuarial).

No superávit não está incluída a folga resultante da aquisição de títulos federais que estão precificados ainda pelas taxas de aquisição. Caso esses títulos fossem precificados a mercado em 31 de dezembro de 2011, o superávit seria acrescido de R\$ 147 milhões.

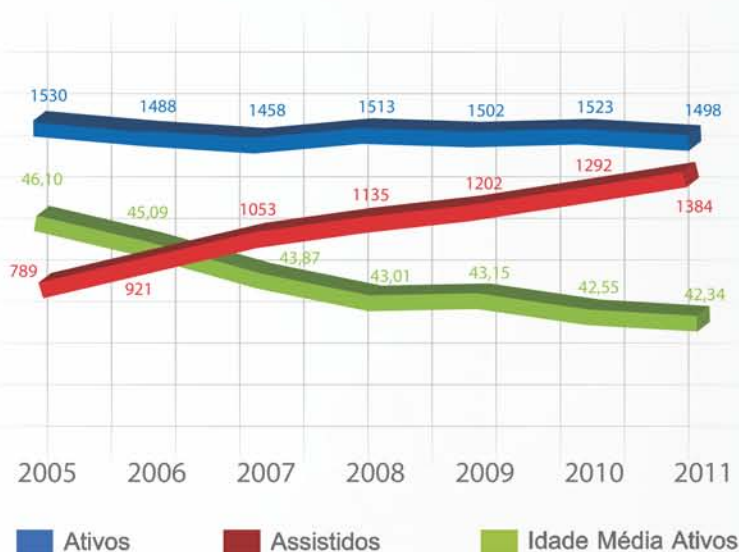
PERFIL DOS PARTICIPANTES

Encerramos o ano com 1.498 participantes ativos e 1.384 assistidos (aposentados e pensionistas).

O índice de adesão ao Plano de Benefícios atingiu 99,34%, com o ingresso de 73 participantes. Considerando-se aposentadorias, pensões e Benefício Especial Temporário por Morte (BETM), foram concedidos 105 benefícios, sendo 89 suplementações de aposentadorias e 16 suplementações de pensões e BETM. O valor dos benefícios pagos chegou a R\$ 109,9 milhões, superando em R\$ 14,7 milhões os benefícios pagos no ano anterior.



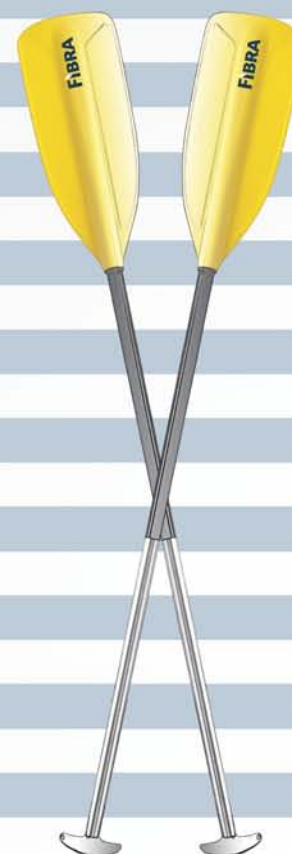
QUANTIDADE DE ATIVOS X ASSISTIDOS



Em decorrência da implantação pela Itaipu do Programa Permanente de Desligamento Voluntário (PPDV), ocorreram modificações significativas no perfil dos participantes do Plano de Benefícios, principalmente na quantidade de assistidos, que passou de 789 em 2005 para 1384 em 2011. Por outro lado, pela consequente contratação de novos empregados, a idade média dos participantes ativos passou de 46,10 anos para 42,34.

FIBRA EM NÚMEROS

1.498	Participantes ativos, o que representa 99,09% do total de empregados
1.384	Beneficiários aposentados e pensionistas
3.952	Beneficiários (incluindo dependentes)
89	Participantes que se aposentaram
73	Empregados novos que aderiram ao plano
42,34 anos	Idade média dos participantes ativos
64,79 anos	Idade média dos participantes assistidos (aposentados)
99 anos	Idade do assistido mais idoso
19 anos	Idade do participante ativo mais jovem
8.221	Atendimentos realizados (95,52% foram resolvidos no contato inicial)
1.388	Empréstimos concedidos
36	Empregados do quadro
39.414	Acessos ao site
R\$ 109,9 milhões	Pagos em benefícios (15,40% a mais do que 2010)
R\$ 1.160 milhões	Pagos em benefícios desde a criação da Fibra (corrigido pelo INPC)
R\$ 17,5 milhões	Recolhidos a título de tributos (em nome da Fibra e dos participantes)
9,53%	Rentabilidade geral dos investimentos (marcada a mercado)
9,12%	Rentabilidade geral dos investimentos (contábil)
12,89%	Meta atuarial para a rentabilidade geral dos investimentos
99,93%	Disponibilidade da infraestrutura de TI
9,4	Avaliação de satisfação dos clientes internos de TI (nota geral de 0 a 10)
878	Help desks de TI abertos
38	Horas de reuniões realizadas pelo Conselho Deliberativo
88	Horas de reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal
48	Horas de reuniões realizadas pelo Comitê de Investimentos



A ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

O quadro a seguir apresenta informações sobre a origem e o destino dos recursos, demonstrando a importância da função social da Fundação.

Origem dos Recursos	R\$ Mil	%
Contribuições previdenciais (Patrocinadores)	29.633	11,56
Contribuições previdenciais (Participantes Ativos e Assistidos)	26.608	10,38
Rendimentos dos investimentos (antes do impostos)	176.592	68,86
Remuneração da rescisão da dação em pagamento em imóveis	13.715	5,35
Outras (Sobrecarga Administrativa e outras)	9.883	3,85
Total da Origem dos Recursos	256.431	100

Destinação dos Recursos	R\$ Mil	%
Participantes Ativos e Assistidos (líquido de impostos) Pagamento de benefícios (líquidos de IR) Constituição de contingências Constituição de provisões matemáticas Reversão de superávit técnico	96.294 196 208.119 (75.481)	89,36
Governo (Imposto de Renda, INSS, FGTS)	17.462	6,81
Empregados (líquido de impostos) (salários, 13º salários, férias, plano de saúde, previdência privada, treinamento, estagiários e seguro)	5.165	2,01
Fornecedores (atuário, advogados, manutenção de <i>software</i> , administração de investimentos e outros)	1.267	0,49
Diversos (aluguéis, materiais de expediente, água, luz e telefone, etc.)	840	0,33
Constituição do Fundo Administrativo no exercício (sobra de recursos administrativos/rentabilidade do saldo existente)	2.569	1,00
Total de Recursos Destinados⁶	256.431	100

6 - Não inclui despesas com custódia, depreciação de imóveis e demais despesas de investimentos

GESTÃO ESTRATÉGICA

Durante a discussão do Planejamento Estratégico para o ciclo 2012, com o envolvimento de todo quadro funcional, os objetivos estratégicos e os fatores críticos de sucesso foram reavaliados visando direcionar os esforços e os processos para o aperfeiçoamento dos serviços oferecidos.

Nesse contexto, foram definidas intervenções (Projetos Estratégicos) com as respectivas metas e, com o uso da metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), foram estabelecidos indicadores para acompanhamento da consecução dos objetivos estratégicos.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Fibra utiliza um conjunto de práticas, regras, leis, políticas e regulamentos que têm como finalidade regular o modo como ela é administrada e controlada, alinhando os interesses mútuos dos patrocinadores (Itaipu e Fibra), dos participantes, dos dirigentes, dos empregados e dos fornecedores. Para isso, são aplicados constantemente os princípios de governança: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Nesse sentido, dentro do esforço de aperfeiçoamento contínuo do sistema de gestão da Entidade, destacaram-se algumas ações:

- treinamento e certificação de dirigentes e empregados, atendendo às exigências da legislação de investimentos;
- aprimoramento dos controles internos com o desenvolvimento de projetos orientados à gestão dos riscos corporativos;
- alteração do perfil de comunicação com o participante, com um formato mais ágil e moderno, que contribui para a sustentabilidade do planeta;
- exclusão dos cargos de suplência da composição dos colegiados, de acordo com as boas práticas de governança;
- criação do grupo de trabalho de RH Estratégico, para a promoção do desenvolvimento pessoal e profissional dos empregados; e
- contratação de consultoria especializada para apoiar a elaboração do Relatório de Controles Internos e Manifestação do Conselho Fiscal, referente ao primeiro semestre, por solicitação desse Colegiado.



CONSOLIDAÇÃO DA GOVERNANÇA DE TI

O processo de aperfeiçoamento deste importante pilar de sustentação do negócio - a tecnologia da informação - apresentou resultados relevantes, tais como:

- instalação de recursos de vídeo e audioconferência;
- rejuvenescimento do Centro de Informação;
- aperfeiçoamento da política de *backup*;
- aprimoramento da gestão da digitalização de documentos;
- implementação de novas funcionalidades nos sistemas internos;
- consolidação do catálogo de serviços de tecnologia da informação;
- consolidação dos indicadores de desempenho e de disponibilidade do ambiente; e
- construção de novos painéis de indicadores no ambiente de Business Intelligence.

Tais resultados foram orientados pela consolidação dos movimentos de governança de tecnologia, alcançando o direcionamento estratégico, e considerados no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

FISCALIZAÇÃO E AUDITORIAS

Para a manutenção da certificação ISO 9001, foram realizadas três Auditorias da Qualidade; duas internas, por uma equipe de auditores do quadro próprio da Fundação, e uma externa, por empresa certificadora.

Em março, a Receita Federal do Brasil iniciou procedimento de fiscalização na Fibra. Após a análise da documentação solicitada por parte do Auditor-Fiscal designado pela Receita, a Fundação recebeu, em maio, o Termo de Encerramento Fiscal, atestando que a documentação apresentada atendia ao disposto na legislação específica.

CONFIANÇA E SATISFAÇÃO DOS PARTICIPANTES



A Pesquisa de Opinião entre os participantes, fonte de informações para o Planejamento Estratégico, confirmou o esforço coletivo em busca da excelência. Em escala de 0 a 10, em um universo de 580 participantes entrevistados, a nota média geral ficou em 9,0, com margem de erro de 5%.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Ter uma estrutura organizacional orientada à excelência no atendimento dos nossos participantes e patrocinadores é uma preocupação constante da gestão. Com esse propósito, foram realizados os seguintes ajustes na estrutura organizacional:

- alteração nas atribuições da Assessoria para apoio à gestão e aprimoramento dos controles internos;
- transferência do processo orçamentário para a Gerência Administrativa; e
- incorporação da área de comunicação interna pela Gerência de Relacionamento com o Participante.

TREINAMENTOS E CERTIFICAÇÕES DE DIRIGENTES

Os diretores de Seguridade e de Administração e Processos foram certificados pelo Instituto Cultural de Seguridade Social (ICSS), em atendimento à legislação vigente, a qual estabelece que os administradores e demais participantes do processo decisório dos investimentos sejam certificados por entidade de reconhecido mérito no mercado financeiro nacional.

Foram também realizados cursos preparatórios para certificação de dirigentes e conselheiros, promovidos pela Associação dos Fundos de Pensão do Paraná (PREVIPAR) em parceria com universidade local.



DESENVOLVIMENTO DA EQUIPE TÉCNICA

Ações de capacitação são importantes na política de recursos humanos com vistas à manutenção de um quadro de profissionais com conhecimentos e habilidades para alcançar as metas estabelecidas. Com esse fim, foram realizadas 518 horas de treinamentos técnicos e gerenciais, que resultaram em aperfeiçoamentos e certificações de diversos profissionais.



O Programa de Participação nos Resultados (PR), com seu papel motivador de superação de resultados, alcançou 95,14% das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico (PE), nos Planos de Ação de Gestão de Riscos (GR) e de Gestão da Qualidade.

COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Com a implantação do Perfil de Comunicação Eletrônica, o participante definiu suas preferências, indicando a forma de recebimento dos informativos: em papel ou em formato digital.

A campanha de lançamento desse Perfil superou as expectativas. A opção por processos sustentáveis ficou evidenciada pela adesão ao recebimento em formato digital por parte de 77% dos ativos e de 31% dos assistidos.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

SITUAÇÃO DO MERCADO FINANCEIRO

A economia mundial em 2011 trouxe uma combinação de fatores dificilmente vista anteriormente, tais como: ⁽ⁱ⁾a crise crônica nos países da Zona do Euro, que deixou à mostra a disparidade dos fundamentos econômicos, as divergências culturais e políticas dos países integrantes do bloco e a falta de perspectiva para solução dos problemas europeus no curto prazo; ⁽ⁱⁱ⁾as incertezas fiscais nos EUA; e ⁽ⁱⁱⁱ⁾o receio de desaceleração da economia chinesa.

Esses fatores influenciaram o mercado global de capitais e se refletiram nas perspectivas de crescimento da economia mundial. Ao mesmo tempo, nos países de economias em desenvolvimento, 2011 seguiu com tendência de redução na pressão inflacionária, em razão, principalmente, da desavalcagem e da queda nos preços das *commodities*.

Por conta desse efeito, os Bancos Centrais dos países em desenvolvimento empreenderam sucessivas reduções nas taxas de juros, permitindo certo afrouxamento no combate à inflação para estimular a produção e o consumo. Como resultado, essas economias apresentaram crescimento econômico razoável, demonstrando certa resiliência num cenário internacional adverso.

No Brasil, as taxas de desemprego permaneceram baixas, mantendo a economia aquecida em diversos setores. Taxas de juros em trajetória descendente e a manutenção das linhas de crédito também se somaram ao pacote de estímulo ao consumo, que parece ter assumido um papel relevante no atual bom momento pelo qual passa a economia brasileira.

Apesar de o ano ter sido marcado ⁽ⁱ⁾por um forte revés na bolsa brasileira, com queda de -18,11%, em razão do desânimo dos investidores com as perspectivas incertas do cenário internacional; e ⁽ⁱⁱ⁾pela aceleração da inflação, que atingiu o teto da meta para 2011 (6,50%), em decorrência do aquecimento da economia e da nova postura do Banco Central na execução da política monetária, a economia brasileira demonstrou fundamentos sólidos e as empresas apresentaram resultados expressivos.

O ano de 2012 no Brasil deverá ser marcado por uma política fiscal ainda mais restritiva, acompanhada de maior controle de gastos do governo, da continuidade do processo de redução de taxas de juros e da execução do regime de metas de inflação de forma menos estrita, seguindo uma nova linha de política econômica.

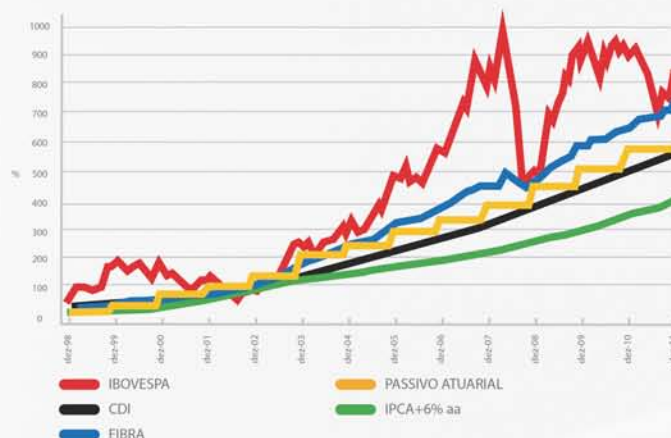
A prioridade continuará sendo o crescimento econômico, e o governo pode lançar mão novamente da utilização de crédito público para atenuar os efeitos da desavalcagem financeira global, prevendo-se que o PIB não cresça muito além da expansão verificada em 2011, o que poderia acentuar o processo inflacionário para além do teto da meta.

RENTABILIDADE GERAL DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade geral dos investimentos, considerando-se os critérios contábeis, atingiu 9,12%, resultado que ficou abaixo da meta atuarial (IPCA+6%a.a.), que atingiu 12,89%.

Esse resultado refletiu o baixo desempenho da renda variável, afetada pelo ano adverso da bolsa brasileira. Os bons resultados nos demais segmentos, Renda Fixa, Empréstimos e Imóveis, compensaram, em parte, o impacto substancial da Renda Variável.

O gráfico a seguir mostra os resultados auferidos nos últimos períodos, que atestam o bom desempenho da carteira de investimentos em face dos principais indicadores de mercado e das necessidades atuariais.



RENDIMENTOS OBTIDOS EM RENDA VARIÁVEL

A carteira de Renda Variável obteve desempenho melhor que o seu *benchmark*, híbrido de dois índices da bolsa de valores (40% IBRX-100 + 60% Ibovespa), registrando um desempenho de -14,58%, enquanto o seu *benchmark* obteve -15,47%. Essa diferença de 1,11 p.p. é reflexo de uma postura mais conservadora, diante de um cenário difícil de 2011. Entre outros fatores, a aversão ao risco pelos investidores estrangeiros fez com que a bolsa brasileira registrasse saída da ordem de R\$ 1,4 bilhão, tendo apenas em três oportunidades (fevereiro, março e outubro) registrado valorização. Nesse compasso, o principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo, o Ibovespa, apresentou rentabilidade de -18,11% no ano, seguido pelo IBRX-100, que registrou desempenho de -11,42%.



*A posição em renda variável da Fibra está baseada no conceito de longo prazo, ou seja, os investimentos realizados nesta carteira não tem como objetivo os resultados de curto prazo. Nesta linha, como não houve resgate para se desfazer das posições, a Fundação não realizou o prejuízo.

RENDIMENTOS OBTIDOS EM RENDA FIXA

A adoção de uma política monetária mais expansionista pelo Banco Central, que prioriza o crescimento econômico via estímulos ao consumo, gerou dificuldades para os fundos de pensão. Se, por um lado, a inflação demonstrou tendência de crescimento, por outro os títulos públicos ofereceram retornos cada vez menores, seguindo a tendência dos últimos anos na Renda Fixa.

Esses dois aspectos influenciaram negativamente os retornos dos títulos públicos federais, em especial as NTN-Bs, para todos os vencimentos desses títulos em 2011.



Apesar das dificuldades observadas, a Fibra aproveitou algumas oportunidades de compra de vencimentos indicados pelo estudo de ALM. Além disso, para aproveitar retornos superiores aos prêmios pagos pelos títulos públicos, a Fundação realizou operações pontuais de crédito privado, tais como DPGE e FIDC³.

Esses movimentos agregaram valor à Carteira de Renda Fixa, de modo que a rentabilidade marcada a mercado foi de 14,74%, alcançando 100,95% do *benchmark* (IMA Balanceado), ou 127,07% do CDI. Já a rentabilidade da Carteira de Renda Fixa pelo critério contábil fechou o ano em 14,59%.

2 - Fundo de Investimento que se destina à aplicação de parcela preponderante do patrimônio em direitos creditórios e em títulos representativos desses direitos, originários de operações em diversos segmentos.

3 - Título de Renda Fixa, emitido por Instituição Financeira, que conta com a garantia do Fundo Garantidor de Crédito.

RENDIMENTOS OBTIDOS EM OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS

A Carteira de Empréstimos, que representa cerca de 2,48% dos Investimentos, atingiu um resultado de 15,97%, ficando acima da meta atuarial projetada. Foram concedidos 1.388 empréstimos, com a liberação de aproximadamente R\$ 16 milhões (aumento de 5,37% em relação a 2010), tendo a Carteira de Empréstimos fechado 2011 com um saldo emprestado de R\$ 50,7 milhões.

RENDIMENTOS OBTIDOS EM IMÓVEIS

A Carteira de Imóveis obteve uma rentabilidade de 109,14%, tendo dois fatores colaborado para esse ótimo desempenho: ⁽ⁱ⁾a reavaliação dos imóveis ocorrida em abril em atendimento à legislação, que refletiu o bom momento que atravessa o mercado imobiliário brasileiro; e ⁽ⁱⁱ⁾a venda de parte do 13º andar do Ed. Centro Comercial Itália (CCI), efetuada em dezembro, seguindo o previsto no Plano de Rejuvenescimento dessa carteira.

ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTOS

Os modelos de estratégias de alocação de investimentos em suas diversas carteiras foram consolidados por meio de desenvolvimento de ações para os segmentos em que a Fibra opera, tais como:

- consolidação da abordagem de segregação de fundos ativos e fundos passivos (gestão própria e terceirizada) para as carteiras de Renda Fixa e Renda Variável;
- adoção de melhorias nos processos decisórios de investimentos, com a implementação do comitê de alocação, que busca, de forma mais dinâmica, identificar novos produtos e estratégias no mercado, agregando valor à carteira de investimentos;
- rejuvenescimento da carteira de imóveis, que contou com o apoio de consultoria especializada, e o redirecionamento do plano de trabalho, de modo a incluir a nova realidade desse mercado, caracterizado por uma tendência recente de grande especulação imobiliária; e
- novos investimentos em Fundos de Investimento em Participações, em continuidade ao desenvolvimento da carteira de produtos estruturados.

Seguindo as sugestões apresentadas pelo estudo de *Asset Liability Management* (ALM), que busca a compatibilização das disponibilidades de recursos do Plano com as necessidades de pagamento dos benefícios ao longo dos anos, a Fibra vem buscando aproveitar oportunidades no mercado, equalizando risco e retorno, por meio de produtos que possam fazer frente à conjuntura macroeconômica atual, caracterizada por constantes reduções de taxas de juros, com impactos significativos sobre os prêmios dos Títulos Públicos Federais.

POLÍTICAS DE INVERSIÓN

**Um resumo das Políticas
está no encarte deste
Relatório.**

Em dezembro, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo a revisão das Políticas de Investimento para 2012 do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa, em atendimento ao disposto na legislação.

A revisão da Política do Plano de Benefícios levou em conta o atual cenário macroeconômico, as sugestões apresentadas pelo estudo de *Asset Liability Management* (ALM), elaborado por consultoria especializada, e as sugestões apresentadas pelos colegiados.

As Políticas de Investimento do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa estão disponíveis na página da internet da Fundação.

ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Valores em R\$ mil

[illegible]

4 - A diferença entre patrimônio e ativo líquido está relacionada com as provisões.

GESTÃO DO PLANO DE BENEFÍCIOS

ALTERAÇÃO DE ESTATUTO E REGULAMENTO

Em janeiro foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) a 6ª Versão do Estatuto, tendo como principais alterações:

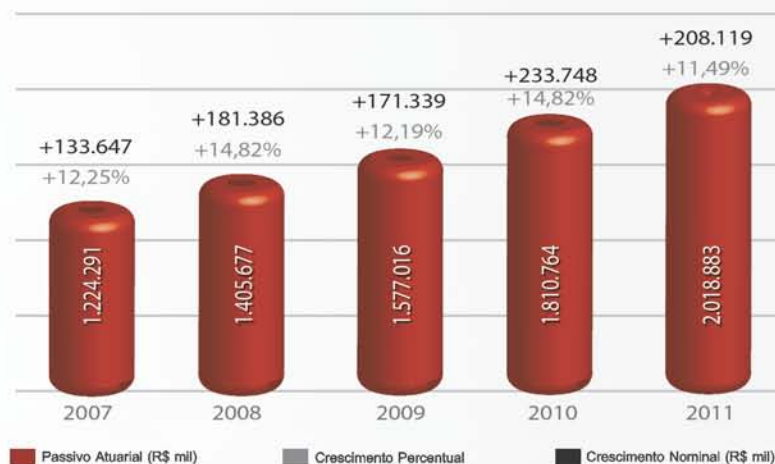
- a inclusão das competências dos Diretores de Seguridade e de Administração e Processos; e
- a adequação da incumbência do Conselho Deliberativo para definição das competências da Diretoria Executiva e demais áreas técnicas.

Também em janeiro foi aprovada a 9ª Versão do Regulamento do Plano de Benefícios, cujas alterações se restringiram a ajustes técnicos para maior clareza.

Em dezembro foi aprovada a 7ª Versão do Estatuto, que teve como principais alterações:

- a eliminação da suplência nos colegiados; e
- o ajuste de quórum para a realização de reuniões dos colegiados.

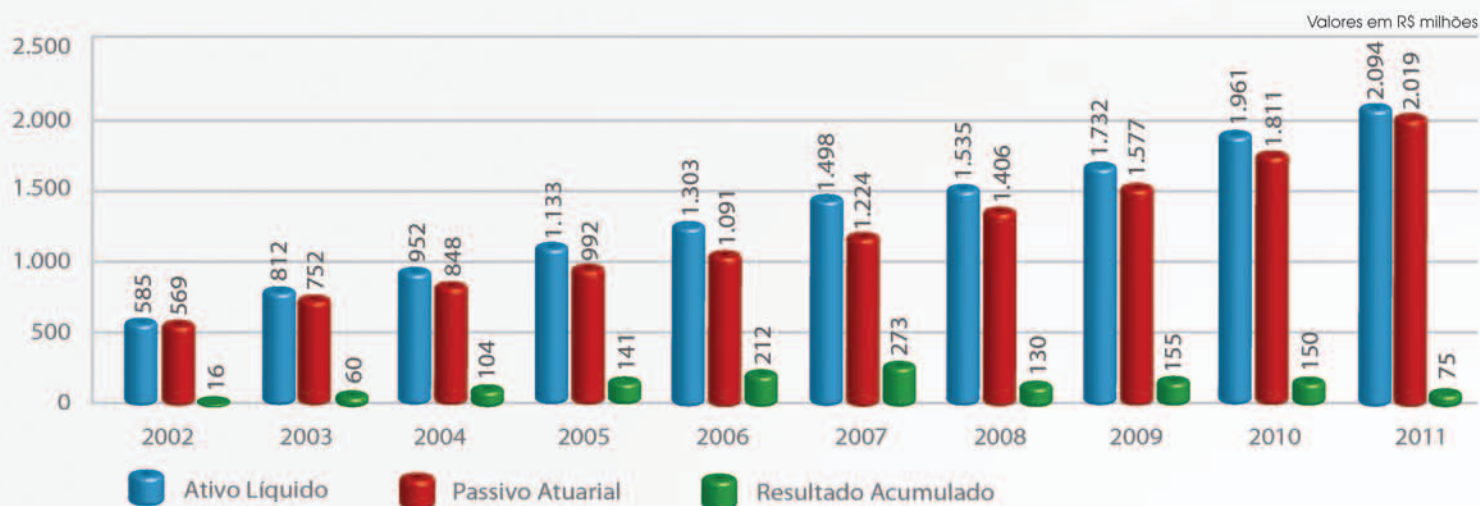
EVOLUÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL (RESERVA MATEMÁTICA)



O Passivo Atuarial, que representa o valor total dos compromissos atuais e futuros com os participantes, considerando as deduções das contribuições futuras, vem apresentando evolução acima do esperado nos últimos anos, em consequência ⁽ⁱ⁾do aumento da expectativa de vida em 9,18 anos (com base na idade de 55 anos) desde 1988, ⁽ⁱⁱ⁾da alteração das hipóteses de crescimento salarial, ⁽ⁱⁱⁱ⁾da rotatividade (desligamentos com solicitação de resgate ou portabilidade) e ^(iv)da redução da taxa de juros de 6% a.a para 5,75% a.a.

EVOLUÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (RESERVA TÉCNICA)

O Ativo Líquido teve acréscimo de R\$ 132,6 milhões no exercício, o que representa 6,76% sobre o período anterior. Essa variação é produto de vários fatores, entre os quais figuram a rentabilidade auferida, as receitas previdenciárias, as despesas previdenciárias, entre outros.



RECEITAS DESTINADAS AO PROGRAMA PREVIDENCIAL

As contribuições dos patrocinadores e dos participantes atingiram R\$ 56,2 milhões, registrando acréscimo de 8,54% em relação ao ano anterior, conforme demonstrado a seguir:

Origem da Contribuição		2010 R\$ Mil	2011 R\$ Mil	Variação R\$ Mil	Variação %
Patrocinadores	Normal	24.037	25.664	1.627	6,77
	Suplementar	3.718	3.969	251	6,77
	SubTotal	27.755	29.633	1.878	6,77
Participantes	Ativos	14.581	15.580	999	6,85
	Autopatrocinados	276	310	34	12,32
	Aposentados	8.537	9.865	1.328	15,56
	Jóias, Taxa de Inscrição e Outras	667	853	186	27,89
	SubTotal	24.061	26.608	2.547	10,59
Total		51.816	56.241	4.425	8,54

DESPESAS PREVIDENCIAIS COM PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

Foram pagos R\$ 109,9 milhões em benefícios em 2011, com acréscimo de 15,40% em relação ao período anterior. As principais causas desse acréscimo foram o aumento de 7,12% no número de assistidos e o reajuste da tabela salarial em 6,97%, concedido em novembro.

Tipos de Benefício		2010 R\$ Mil	2011 R\$ Mil	Variação R\$ Mil	Variação %
Mensal Contínuo	Aposentadoria	85.385	98.472	13.087	15,33
	Pensão	9.605	11.007	1.402	14,60
	Benefício Especial Temporário	5	31	26	520,00
	SubTotal	94.995	109.510	14.515	15,28
Pagamento Único	Restituição de Contribuição-Resgate	168	294	126	75,00
	Portabilidade	36	54	18	50,00
	Auxílio-Funeral	5	8	3	60,00
	SubTotal	209	356	147	70,33
Total		95.204	109.866	14.662	15,40

Observa-se que foram pagos em benefícios R\$ 53,6 milhões a mais do que os valores recebidos de contribuições previdenciárias. Esse montante foi coberto pelas reservas atuariais constituídas ao longo dos anos, o que confirma a maturidade do plano de benefícios.



RELACIONAMENTO

PARTICIPANTES



Com a participação de 850 convidados, o 9º Encontro de Participantes da Fibra e Itaipu, realizado em novembro, foi marcado por muita alegria e confraternização.

Durante o evento, em Foz do Iguaçu, foi arrecadada uma tonelada de alimentos não perecíveis e produtos de higiene pessoal, doados ao Lar dos Velhinhos e à Associação Cristã do Doente e Deficiente (ACDD).

A solenidade alusiva ao Dia do Aposentado, promovida pela ABRAPP e pelo SINDAPP, em janeiro, foi realizada na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro. Mais uma vez, a Fibra marcou presença nesse tradicional evento, homenageando um representante dos assistidos, Antonio Carlos da Rocha Duarte.



PATROCINADOR



Em março foi criado um Grupo de Trabalho, composto por membros da Diretoria Jurídica da Itaipu e da Diretoria de Seguridade da Fibra, para revisão das provisões contábeis relacionadas ao impacto atuarial das demandas judiciais de participantes.

Em novembro o Diretor Superintendente da Fibra apresentou ao Conselho de Administração da Itaipu os resultados obtidos pela Fundação ao longo dos seus vinte e três anos de existência e os desafios para os próximos anos.

COLEGIADOS



Em abril, tomou posse o novo Conselho Fiscal, com mandato até março de 2014. Também foi realizada eleição para novos membros do Conselho Deliberativo e do Comitê de Investimentos, com mandato de abril de 2012 a março de 2015.

Em agosto, por motivo de aposentadoria, houve a substituição do presidente do Comitê de Investimentos, e, em novembro, ocorreu substituição de um membro do Conselho Deliberativo, também por aposentadoria de outro conselheiro.

COMUNIDADE PREVIDENCIÁRIA E MERCADO

O relacionamento com a comunidade do sistema previdenciário evidencia-se pela participação:

- em comissões técnicas nacionais da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP);
- na coordenação da Comissão Técnica Regional Sul de Investimentos;
- no Conselho Deliberativo da ABRAPP, como membro;
- na Associação dos Fundos de Pensão do Paraná (PREVIPAR), da qual o Diretor Superintendente da Fibra é Diretor Presidente;
- na Diretoria Técnica da Associação Nacional dos Contadores de Entidades de Previdência (ANCEP);
- no congresso anual da ABRAPP, que é o mais importante evento do sistema no Brasil;
- no 14º Encontro dos Profissionais de Benefícios, realizado em agosto, no Maranhão, com palestra proferida pelo Diretor de Seguridade sobre o case da Fibra, com o tema “Melhores Práticas de Governança Corporativa”;
- em evento da *Caja Paraguaya de Jubilaciones y Pensiones del Personal de la Itaipu Binacional* (CAJUBI), com palestra proferida pelo Diretor Superintendente da Fibra sobre o tema “Capacidade Financeira de um Fundo de Pensão”; e
- no evento *Brazil Investment Summit*, realizado em Nova Iorque em outubro, em que o Diretor Superintendente proferiu palestra sobre o tema “Oportunidades em *Private Equity*”.





A mensagem de capa demonstra o desempenho futuro da Fibra. O rafting é um esporte que requer ações coletivas, sem competição entre os atletas. Exige sincronia, disciplina e objetivo comum dos participantes. Apesar das águas turbulentas da correnteza, todos permanecem no mesmo bote, em busca do porto seguro.

FIBRA
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Fundação
Itaipu
Brasil

A FIBRA SOMOS TODOS NÓS!

DIRETORIA EXECUTIVA

Silvio Renato Rangel Silveira
Diretor Superintendente

Florcio Medeiros da Costa
Diretor de Segurança

Denyse Gubert Rocha
Diretora de Administração e Processos

CONSELHO DELIBERATIVO

Antonio José Correia Ribas
Presidente

João Emílio Correa da Silva de Mendonça

Ariel da Silveira

Sérgio Possolo Gomes

Giovani dos Anjos Teixeira
Representante dos Alunos

Saulo Assumpção
Representante dos Assistentes

CONSELHO FISCAL

João Carlos Ferrer Garcia
Presidente

Andréa Silva Medeiros
Presidenta Substituta

Nilson Camargo Costa
Representante dos Alunos

Luiz Júlio Zancopé
Representante dos Assistentes

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Márcia Abreu de Aguiar Buerger
Presidenta

Mariana Favoreto Thiele
Presidenta Substituta

Luiz Covello Rossi

Gustavo Leite Alvarenga

Humberto Ventura Godinho
Representante dos Alunos

Carlos Roberto Fernandes
Representante dos Assistentes



Fotos capa e contracapa: Caio Coronel

Constituição 26/02/1988

Início das atividades 01/04/1988

Reconhecida em 30/11/1988

Portaria nº 4367/MPAS

Rua Comendador Araújo, 551 - 9º andar - CEP 80420-000 - Curitiba - PR

Telefone (41) 3321-4001 - 0800 41 4404 | Fax (41) 3321-4256

www.fundacaoitaipu.com.br | fibra@fundacaoitaipu.com.br

Escritório em Foz do Iguaçu: Centro Executivo de Itaipu

Telefone: (45) 3520-5210

Este relatório foi impresso a um custo unitário de R\$ 4,17 proveniente de recursos específicos do custeio administrativo da Fibra

Disponível também no *website* da Fibra

BALANÇO PATRIMONIAL

		R\$ mil			R\$ mil
ATIVO	31/12/2011	31/12/2010	PASSIVO	31/12/11	31/12/10
DISPONÍVEL	194	289	EXIGÍVEL OPERACIONAL	6.481	6.309
REALIZÁVEL	2.265.430	2.122.526	Gestão Previdencial	2.927	2.877
Gestão Previdencial	92.945	91.905	Gestão Administrativa	776	904
Gestão Administrativa	2.952	2.124	Investimentos	2.778	2.528
INVESTIMENTOS	2.169.533	2.028.497	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	142.972	135.921
Títulos Públicos	1.367.437	1.164.558	Gestão Previdencial	2.309	1.766
Créditos Privados e Depósitos	40.339	60.552	Gestão Administrativa	2.196	1.431
Fundos de Investimento	561.007	634.437	Investimentos	138.467	132.724
Investimentos Imobiliários	48.832	26.740	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.116.697	1.981.043
Empréstimos	50.744	48.349	Patrimônio de Cobertura do Plano	2.093.747	1.961.109
Depósitos Judiciais/Recursoais	101.174	93.861	Provisões Matemáticas	2.018.883	1.810.764
PERMANENTE	526	458	Benefícios Concedidos	1.326.401	1.150.742
Imobilizado	415	357	Benefícios a Conceder	737.315	704.230
Intangível	111	101	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(44.833)	(44.208)
TOTAL DO ATIVO	2.266.150	2.123.273	Equilíbrio Técnico	74.864	150.345
			Resultados Realizados	74.864	150.345
			Superávit Técnico Acumulado	74.864	150.345
			Fundos	22.950	19.934
			Fundos Administrativos	20.783	18.214
			Fundos dos Investimentos	2.167	1.720
			TOTAL DO PASSIVO	2.266.150	2.123.273

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

CNPB 19880012-18

DESCRIÇÃO	31/12/11	31/12/10	R\$ mil Variação (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	1.961.109	1.790.519	9,53
1. ADIÇÕES	252.579	275.240	(8,23)
(+) Contribuições	79.832	75.840	5,26
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	172.747	199.400	(13,37)
2. DESTINAÇÕES	(119.941)	(104.651)	14,61
(-) Benefícios	(109.866)	(95.204)	15,40
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(196)	(299)	(34,45)
(-) Custeio Administrativo	(9.879)	(9.148)	7,99
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	132.638	170.590	(22,25)
(+) Provisões Matemáticas	208.119	233.748	(10,96)
(-) Fundos Previdenciais	-	(58.708)	-
(-) Deficit Técnico do Exercício	(75.481)	(4.450)	1.596,20
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	2.093.747	1.961.109	6,76
C) Fundos não previdenciais	22.950	19.934	15,13
(+) Fundos Administrativos	20.783	18.214	14,10
(+) Fundos dos Investimentos	2.167	1.720	25,99

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Consolidada

DESCRIÇÃO	31/12/2011	31/12/2010	R\$ mil Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	1.981.043	1.808.636	9,53
1. Adições	255.574	277.139	(7,78)
(+) Contribuições Previdenciais	69.953	66.693	4,89
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	172.747	199.400	(13,37)
(+) Receitas Administrativas	9.879	9.150	7,97
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.543	1.664	52,82
(+) Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	5	-	-
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	447	232	92,67
2. Destinações	(119.920)	(104.732)	14,50
(-) Benefícios	(109.866)	(95.204)	15,40
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(196)	(299)	(34,45)
(-) Despesas Administrativas	(9.858)	(9.107)	8,25
(-) Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	-	(122)	-
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	135.654	172.407	(21,32)
(+) Provisões Matemáticas	208.119	233.748	(10,96)
(-) Deficit Técnico do Exercício	(75.481)	(4.450)	1.596,20
(-) Fundos Previdenciais	-	(58.708)	-
(+) Fundos Administrativos	2.569	1.585	62,08
(+) Fundos dos Investimentos	447	232	92,67
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	2.116.697	1.981.043	6,85

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB 19880012-18

DESCRIÇÃO	31/12/2011	31/12/2010	R\$ mil Variação (%)
1. Ativos	2.263.179	2.120.974	6,70
Disponível	188	285	(34,04)
Receível	113.895	110.277	3,28
Investimento	2.149.096	2.010.412	6,90
Títulos Públicos	1.353.153	1.151.326	17,53
Créditos Privados e Depósitos	40.339	58.257	(30,76)
Fundos de Investimento	554.854	631.879	(12,19)
Investimentos Imobiliários	48.832	26.740	82,62
Empréstimos	50.744	48.349	4,95
Depósitos Judiciais/Recursais	101.174	93.861	7,79
2. Obrigações	146.480	139.931	4,68
Operacional	5.704	5.441	4,83
Contingencial	140.776	134.490	4,67
3. Fundos não Previdenciais	22.950	19.934	15,13
Fundos Administrativos	20.783	18.214	14,10
Fundos dos Investimentos	2.167	1.720	25,99
4. Ativo Líquido (1-2-3)	2.093.747	1.961.109	6,76
Provisões Matemáticas	2.018.883	1.810.764	11,49
Superávit Técnico	74.864	150.345	(50,21)

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Consolidada

			R\$ mil
DESCRIÇÃO	31/12/2011	31/12/2010	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	18.214	16.629	9,53
1. Custeio da Gestão Administrativa	12.427	10.814	14,92
1.1. Receitas	12.427	10.814	14,92
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	9.879	9.147	8,00
Resultado Positivo dos Investimentos	2.543	1.664	52,82
Reversão de Contingências	5	0	-
Outras Receitas	0	3	-
2. Despesas Administrativas	(9.858)	(9.229)	6,82
2.1. Administração Previdencial	(6.275)	(5.334)	17,64
Pessoal e encargos	(4.434)	(3.661)	21,11
Treinamentos/congressos e seminários	(21)	(33)	(36,36)
Viagens e estadias	(118)	(120)	(1,67)
Serviços de terceiros	(649)	(480)	35,21
Despesas gerais	(969)	(837)	15,77
Depreciações e amortizações	(84)	(81)	3,70
Contingências	0	(122)	-
2.2. Administração dos Investimentos	(3.583)	(3.895)	(8,01)
Pessoal e encargos	(2.507)	(2.908)	(13,79)
Treinamentos/congressos e seminários	(9)	(25)	(64,00)
Viagens e estadias	(114)	(129)	(11,63)
Serviços de terceiros	(620)	(511)	21,33
Despesas gerais	(291)	(276)	5,43
Depreciações e amortizações	(42)	(46)	(8,70)
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	2.569	1.585	62,08
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	2.569	1.585	62,08
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	20.783	18.214	14,10

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB 19880012-18

			R\$ mil
DESCRIÇÃO	31/12/2011	31/12/2010	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	2.093.747	1.961.109	6,76
1. Provisões Matemáticas	2.018.883	1.810.764	11,49
1.1. Benefícios Concedidos	1.326.401	1.150.742	15,26
Benefício Definido	1.326.401	1.150.742	15,26
1.2. Benefício a Conceder	737.315	704.230	4,70
Benefício Definido	737.315	704.230	4,70
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(44.833)	(44.208)	1,41
(-) Serviço passado	(44.833)	(44.208)	1,41
(-) Patrocinador(es)	(44.833)	(44.208)	1,41
2. Equilíbrio Técnico	74.864	150.345	(50,21)
2.1. Resultados Realizados	74.864	150.345	(50,21)
Superávit técnico acumulado	74.864	150.345	(50,21)
Reserva de contingência	74.864	150.345	(50,21)

NOTAS EXPLICATIVAS

Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social - Fibra, entidade patrocinada pela Itaipu Binacional (entidade jurídica de direito internacional) e pela própria Fundação, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria nº 4.367, de 30 de novembro de 1988, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direitos os participantes e respectivos dependentes, nos termos do regulamento e do seu plano de benefícios e de custeio.

Em 31 de dezembro de 2011, a entidade encontra-se enquadrada nos limites estabelecidos pela Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

O Plano de Benefícios da Fibra é único e pertence à modalidade de “Benefício Definido”, tendo como principal objetivo, suplementar o benefício de aposentadoria, concedido pela Previdência Social, limitado às carências previstas pelo regulamento.

Os benefícios abrangidos pelo plano de benefícios da Fibra são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Benefício especial temporário por morte
- Auxílio-reclusão;
- Auxílio-funeral por morte de beneficiário;
- Suplementação do abono anual.

Os níveis básicos dos benefícios, bem como suas respectivas elegibilidades são previstas pelo regulamento.

A estrutura de gestão dos investimentos é realizada internamente pela própria entidade e por intermédio de gestores contratados, conforme definido na sua política de investimentos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Legislação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância às diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPS, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar. Foi, também, observada a NBC TE 11, que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a serem adotadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.

Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e longo prazo e incluem a totalidade dos ativos e passivos do plano de benefícios e do Plano de Gestão Administrativa – PGA mantidos pela fundação.

2.2. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira, e em atendimento a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e a NBC TE 11 – Entidades Fechadas de Previdência Complementar, abrangendo as demonstrações contábeis da Fundação Itaipu-BR de Previdência e Assistência Social, relativas ao Plano de Benefícios cadastrado no CNPB 19880012-18 e ao Plano de Gestão Administrativo – PGA, da Fundação.

No processo de consolidação foram feitas as seguintes eliminações:

- saldos das contas de ativos e passivos correspondentes aos direitos e obrigações das operações realizadas entre o Plano de Benefícios e o Plano de Gestão Administrativa;
- participação no Plano de Gestão Administrativa, registrada no ativo e no passivo do Plano de Benefícios;
- outras operações ativas e passivas entre o Plano de Gestão Administrativa e o Plano de Benefícios.

2.3 AJUSTES EM PROCEDIMENTOS RELACIONADOS COM A RESOLUÇÃO CNPC Nº 8, DE 31/10/2011

A Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterou os procedimentos contábeis e as demonstrações contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – CNPC que teve reflexos nas Demonstrações Contábeis da Fundação.

Para que as Demonstrações Contábeis da Fundação possam ter

informações adequadas e corretamente comparadas com o exercício anterior, foram efetuados os seguintes ajustes nos saldos do exercício de 2010:

Balanço Patrimonial Consolidado e Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios: demonstração dos Depósitos Judiciais/Recursais registrados, em 31 de dezembro de 2010, em conta retificadora no Exigível Contingencial que passou a ser contabilizado no Ativo Realizável dos Investimentos e das Gestões Previdencial e Administrativa.

DMPS consolidada: a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social consolidada foi incluída em substituição da Demonstração da Mutação do Ativo Líquido, que passou a demonstrar toda a movimentação das operações da fundação.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em atendimento à Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e à Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, que estabeleceram normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e, ainda, em atendimento à NBC TE 11, que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a serem adotadas pelas EFPC, apresentamos, a seguir, as principais práticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis:

3.1 Apuração de resultados – Superávit (Déficit) Técnico

O resultado do exercício, ou seja, o Superávit (Déficit) Técnico do Plano de Benefícios é apurado pelo regime de competência.

3.2 Investimentos

● Títulos Públicos, Créditos Privados, Depósitos e Fundos de Investimentos.

Considerando as disposições das Resoluções do CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, e CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

(i) Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição; e

(ii) Títulos mantidos até o vencimento – quando há intenção da administração e capacidade financeira da entidade em manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título.

Os títulos classificados no item (i) acima são avaliados mensal-

mente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos em conta específica na demonstração do resultado do exercício.

Os títulos classificados no item (ii) acima são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, até a data do balanço.

● Investimentos imobiliários

Demonstrados ao custo de aquisição, ajustado a valor de mercado por reavaliação efetuada em abril de 2011, suportada por laudos técnicos, menos depreciação acumulada e acrescido dos aluguéis a receber e direitos de alienações de imóveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, pelo prazo de vida útil restante para os imóveis reavaliados.

● Operações com participantes

Registra as operações de empréstimos concedidos a participantes (ativos e assistidos). As operações feitas anteriormente a 2003 são atualizadas pelo índice Taxa Referencial - TR, acrescidas de juros de 1% ao mês, enquanto que as operações efetuadas a partir de 2003 são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescidas de juros de 0,7% ao mês, IOF e seguro.

● Provisão para perdas

Constituída considerando avaliação de riscos de crédito em investimentos realizados em instituições sob regime especial ou considerados de difícil realização, sendo suficiente para cobrir eventuais perdas.

3.3 ATIVO PERMANENTE

Os valores estão demonstrados ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, as adições a partir de 1996 estão demonstradas pelo custo de aquisição e consideram ainda:

Imobilizado

● Depreciação anual de 10% para móveis e utensílios e para máquinas e equipamentos (10 anos) e 20% para computadores e periféricos (5 anos), calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem na aquisição.

Intangível

● Amortização realizada pela taxa anual de 20% (5 anos). Em 2010, os valores que em 2009, estavam registrados no Ativo Diferido, foram reclassificados para o Ativo intangível, conforme estabeleceu a PREVIC.

3.3.1 - O Ativo Permanente teve a seguinte evolução:

	2011	2010
Imobilizado	415	357
Saldo inicial	357	245
Adições no exercício	150	203
(-) Depreciações no exercício	(92)	(91)
Intangível	111	101
Saldo inicial	101	126
Adições no exercício	44	11
(-) Amortizações no exercício	(34)	(36)
Saldo do Ativo Permanente	526	458

3.3.2. A composição do Ativo Permanente é a seguinte:

	2011	2010
Imobilizado	415	357
Móveis e Utensílios	73	26
Custo de aquisição	209	152
(-) Depreciações acumuladas	(136)	(126)
Máquinas e Equipamentos	132	76
Custo de aquisição	257	180
(-) Depreciações acumuladas	(125)	(104)
Computadores e Periféricos	160	193
Custo de aquisição	544	601
(-) Depreciações acumuladas	(384)	(408)
Telefone	4	-
Custo de aquisição	5	-
(-) Depreciações acumuladas	(1)	-
Imobilização em andamento	46	62
Custo de aquisição	46	62
Intangível	111	101
Custo de aquisição	196	159
(-) Amortizações acumuladas	(85)	(58)
Saldo do Ativo Permanente	526	458

3.4 Exigível operacional

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

3.5 Exigível contingencial

Os valores registrados no exigível contingencial, relativos a Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF no Grupo Investimentos, que por decisão judicial estão com a exigibilidade suspensa, estão apresentados pelos valores históricos atualizados.

Durante o exercício de 2004, a Fundação depositou o IRRF

judicialmente, tomando como base à alíquota de 20% sobre os rendimentos auferidos, limitado a 12% da contribuição da patrocinadora, conforme estabelece a Medida Provisória MP nº 2.222, de 04 de setembro de 2001.

Com a publicação da Lei nº 11.053, em 29 de dezembro de 2004, a partir de 01 de janeiro de 2005, a fundação passou a ser isenta do pagamento do imposto de renda. (nota explicativa 6).

3.6 Provisões matemáticas

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas em bases atuariais, segundo cálculos da consultoria atuarial externa Jessé Montello Serviços em Atuária e Economia Ltda, contratada pela entidade, e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou aos seus beneficiários.

A entidade adota o método de crédito unitário projetado para o cálculo das provisões matemáticas de todos os benefícios, exceto os relativos a auxílio reclusão e funeral, que foram avaliados pelos métodos de capital de cobertura e repartição simples, respectivamente. A estrutura do cálculo atuarial considera crescimento salarial médio de 2,15% (2,01% em 2010) ao ano, uma taxa de rotatividade média de 0,13% ao ano (0,20% em 2010) e uma taxa de desconto atuarial à razão de 5,75% (5,75% em 2010) ao ano depois de descontados os efeitos da inflação.

● Benefícios concedidos

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da entidade para com os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, ou seja, aposentadorias e pensões.

● Benefícios a conceder

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, conforme descrito a seguir:

(i) os benefícios do plano com a geração atual correspondem ao valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada.

(ii) outras contribuições da geração atual registram o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelas patrocinadoras, excluindo-se toda e qualquer

contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes no plano (ou de novos empregados das patrocinadoras), bem como as contribuições a serem recolhidas pelas patrocinadoras sobre o valor dos benefícios a serem pagos aos integrantes da geração atual.

● Provisões Matemáticas a constituir

Correspondem à parcela de provisão a constituir relativa ao tempo de serviço anterior e que está sendo integralizada por taxa suplementar sobre a folha de salários dos empregados da patrocinadora, a vigorar durante 480 meses a contar da data de constituição da entidade, em abril de 1988, e amortizada pelo mesmo prazo.

As provisões matemáticas foram reavaliadas pelo atuário responsável na data base de 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

3.7 Fundos

● Gestão Previdencial

Corresponde ao Fundo de Oscilação de Rentabilidade Atuarial, no valor de R\$ 58.708, foi constituído em 2009, conforme Nota Técnica Atuarial para garantir questões que, eventualmente, possam vir a interferir na capacidade da fundação em obter a taxa de juros de 6% ao ano, necessária ao equilíbrio atuarial do plano, sendo totalmente revertido em 2010, para dar cobertura à alteração da taxa de juros de 6% ao ano para 5,75% ao ano, utilizada na avaliação atuarial, conforme nota técnica atuarial JM/0229/2010, de 25 de janeiro de 2011.

● Plano de Gestão administrativa - PGA

Permanente

Compreende um fundo constituído pelos valores registrados no ativo permanente. Sua finalidade é segregar os recursos da gestão administrativa dos recursos da gestão previdencial, com o objetivo de retirá-lo do ativo líquido que garante as provisões matemáticas.

Financeiro

A contribuição para atender aos gastos administrativos da Fibra, segundo os procedimentos de execução financeira com relação às contribuições do patrocinador Itaipu Binacional para a entidade, é repassada pelo limite de 15% das contribuições e as eventuais sobras entre esse limite e o valor efetivamente realizado são mensalmente contabilizadas no fundo administrativo, para custeio futuro.

● Investimentos

Constitui a reserva de garantia de empréstimos para fazer face à cobertura do saldo devedor dos empréstimos contraídos pelos participantes que vierem a falecer, bem como para quitar débitos previdenciários dos assistidos e pensionistas.

3.8 Recursos do Plano de Gestão Administrativa - PGA

Os recursos da gestão administrativa, relativos à sobrecarga administrativa, são contabilizados na gestão previdencial e transferidos desta para a gestão administrativa para cobertura das despesas administrativas.

3.9 Custeio administrativo - PGA

O Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC, por meio da Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009, estabeleceu as regras para o custeio administrativo dos fundos de pensão. A resolução atribuiu ao Conselho Deliberativo a competência de definir limites e as fontes para o custeio administrativo, bem como os indicadores quantitativos e qualitativos de gestão dos gastos administrativos.

Além disso, a legislação estabelece a necessidade de total segregação financeira e contábil, dos recursos administrativos em relação aos recursos previdenciários, inclusive com a elaboração de uma política de investimentos para o Plano de Gestão Administrativa – PGA, a exemplo do que ocorre com o Plano de Benefícios.

Diante disto, o Conselho Deliberativo da Fundação, por meio da RCD nº 017/2009, aprovou o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que passou a vigorar a partir de janeiro de 2010, onde além de outras regras, estabelece o seguinte: manutenção da sobrecarga administrativa, como única fonte de custeio administrativo da Fibra e que os recursos do fundo administrativo serão aplicados exclusivamente em investimentos de renda fixa.

Os indicadores de Gestão Administrativa e suas metas, para o exercício de 2011, foram estabelecidos pelo Conselho Deliberativo, por meio da RCD nº 023/2010, e são:

a) Taxa de Administração Hipotética - Fórmula $[(\text{Despesas Administrativas Totais/Recursos Garantidores}) \times 100]$, seu objetivo é mensurar a relação das Despesas Administrativas sobre os Recursos Garantidores da Fibra – cuja meta era de 0,6% e foi realizado 0,45% (0,47% em 2010);

b) Taxa de Carregamento Hipotética - Fórmula $[(\text{Despesas Administrativas Totais/ (Contribuições + Benefícios)}) \times 100]$, seu objetivo é medir a relação das Despesas Administrativas sobre o fluxo Previdencial (Contribuições + Benefícios), cuja meta era de 7% e foi realizado 5,61% (5,83% em 2010);

c) **Controle do Orçamento Administrativo** - sua forma de controle baseia-se no acompanhamento das despesas realizadas/despesas orçadas e, seu princípio é verificar o percentual de assertividade da execução do orçamento administrativo; cuja meta era atingir > 90% de assertividade e foi realizado 93,40%(96,42% em 2010); e

d) **Cumprimento das Metas da PR 2011** - o qual é orientado pelo acompanhamento do percentual de conclusão das metas estabelecidas, tendo como objetivo verificar de forma ampla o desempenho quali-quantitativo da Fibra, cuja meta era de > 90% de assertividade e foi realizado 95,08% (97,69% em 2010).

4. REALIZÁVEL

4.1 Gestão Previdencial

Recursos a receber	2011	2010
Contribuições normais e de autopatrocinadores	4.718	4.357
Patrocinador Itaipu Binacional	4.072	3.761
Autopatrocinadores e Participantes	16	14
Contribuições extraordinárias – patrocinador Itaipu Binacional	630	582
Contribuições contratadas – patrocinador Itaipu Binacional	86.063	86.061
Outras contratações - Rescisão de Dação em Pagamento (nota explicativa 10)	86.063	86.061
Depósitos Judiciais/Recursais	705	274
Outros realizáveis – patrocinador Itaipu Binacional	1.459	1.213
Créditos relativos a ações judiciais cobertas pelo § 1º do Art. 79 do Regulamento do Plano de Benefícios	1.458	1.212
Outros valores a receber – reembolso do Patrocinador Itaipu	1	1
	2.945	1.905

4.2 Gestão Administrativa

	2011	2010
Receitas a Receber	868	784
Sobrecarga Administrativa – patrocinador Itaipu Binacional	868	784
Despesas antecipadas	24	26
Adiantamentos	24	26
Depósitos Judiciais/Recursais	2.060	1.314
Depósitos Judiciais – PIS	287	183
Depósitos Judiciais – COFINS	1.766	1.125
Depósitos Recursais - trabalhistas	7	6
	2.952	2.124

4.3 Investimentos

● Títulos de Renda Fixa para negociação

	2011		2010	
	Custo Histórico de aquisição	Valor de Mercado	Custo Histórico de aquisição	Valor de Mercado
Caderneta de Poupança	-	-	2.082	2.295
CDB-Certificado de Depósito Bancário	41	42	30.500	30.770
Notas do Tesouro Nacional -NTN-B e C	184.186	207.938	149.027	169.536
Fundo RB Fidúcia HI Institucional FIDC-BRZ Crédito Privado FIM	5.878	8.256	5.878	8.461
FI Referenciado UBS Pactual Yield DI	8.188	8.690	89.615	92.770
FIC FIDC Caixa UBS Pactual II	6.795	7.083	8.689	9.533
Votorantim FI Institucional RF	54.858	55.775	1.614	1.638
FIDC CEDAE	5.000	5.014	-	-
BNPP Troppo SUD FI Multi Cap Prot	-	-	4.230	5.127
UBS Pactual Emissões Primárias	14.256	16.089	15.011	16.205
BRZ Multi Recebíveis	19.970	23.030	19.970	20.231
FIC FIDC Caixa UBS P	216	635	1.677	3.483
TOTAL DE TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	299.388	332.552	328.293	360.049

● Títulos de Renda Fixa mantidos até o vencimento

	2011		2010	
	Custo Histórico de aquisição	Valor Atualizado pela curva dos ativos	Custo Histórico de aquisição	Valor atualizado pela curva dos ativos
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	659	1.675
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B e C	970.529	1.159.499	857.298	995.021
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	34.000	40.297	24.000	25.812
Total de Títulos mantidos até o vencimento	1.004.529	1.199.796	881.957	1.022.508
Total de Títulos de Renda Fixa	1.303.917	1.532.348	1.210.250	1.382.557

	2011		2010	
	Custo Histórico de aquisição	Valor de mercado	Custo Histórico de aquisição	Valor de Mercado
Fundos Exclusivos				
FIA Merlot	47.250	54.214	47.250	79.188
BRAM FIB FIA	6.737	41.697	6.737	59.639
FI FIB Ações Previdenciário	14.780	54.472	14.780	66.408
Schroder FIB FIA	9.076	51.308	9.076	72.182
Sub-Total - Fundos Exclusivos	77.843	201.691	77.843	277.417
Fundos Mútuos				
BBM Valuation 1 FIA	9.891	14.089	9.891	15.077
Bradesco FIA Dividendos	19.101	24.756	19.101	23.995
Bradesco FIA Inst. IBX Ativo	41.669	28.995	41.669	55.904
Mellon Income FIA	-	-	-	-
RB Fundament Inst FIA	11.000	10.329	6.000	7.017
BBM Valuation II FIC	10.000	9.484	986	994
Quest Ações Inst FIA	11.000	7.733	6.000	6.278
Ishares BOVA 11	62.408	54.323	39.912	40.835
Ishares PIBB 11	9.996	8.876	-	-
Itau ACE Dividendos	20.000	20.009	-	-
Sub-Total - Fundos Mútuos	195.065	178.594	123.559	150.100
Fundos de Investimentos em Participações				
Brascan de Petróleo e Gás	2.353	1.831	2.353	2.091
Capital Mezanino	7.794	8.362	7.794	8.478
Empreendedor Brasil FMIEE	9.800	7.264	7.800	5.313
Logística Brasil FIP	20.000	18.749	20.000	18.963
Terra Viva	2.744	2.549	2.650	2.523
Rio Bravo Energia I	8.200	8.071	3.000	2.968
Neo Capital Mezanino II	2.686	2.553	500	447
Pátria Real Estate II	2.523	2.148	563	470
Sub-Total - Fundos de Invest. em Participações	56.100	51.527	44.660	41.253
Fundos de Capital Protegido				
BTG Capital Protegido II Ibov	-	-	4.000	4.221
Santander Capital Protegido Inst M	4.000	4.624	4.000	3.998
Sub-Total - Fundos de Capital Protegido	4.000	4.624	8.000	8.219
TOTAL DE RENDA VARIÁVEL	333.008	436.436	254.062	476.989

Os títulos de renda variável são representados por fundo de ações e são considerados com prazo indeterminado. Os títulos e valores mobiliários, de Renda Fixa e de Renda Variável, estão custodiados no Banco Bradesco S.A.

Os títulos e valores mobiliários de renda fixa possuem os seguintes vencimentos:

	Para negociação	Mantidos até o vencimento	Total
Até 60 dias	64.465	-	64.465
De 61 a 180 dias	-	25.538	25.538
De 181 a 360 dias	21.707	4.851	26.558
Acima de 360 dias	186.231	1.229.556	1.415.787
	272.403	1.259.945	1.532.348

A classificação dos prazos é apresentada de acordo com os vencimentos dos títulos da carteira própria e em fundos de investimentos.

Letras Financeiras do Tesouro – LFT-B's

O saldo das Letras Financeiras do Tesouro - LFT-B's, de 31 de dezembro de 2009, recebidas do Tesouro Nacional em decorrência dos termos do acordo entre credores e o Estado de Alagoas e do aditamento ao contrato entre a União, Fibra e o Estado de Alagoas, no valor de R\$ 10.254, foi integralmente quitado em 2010.

Restam pendências judiciais decorrentes do teor da Resolução do Senado Federal nº 53/2002, que introduziu o risco de restituição de valores na hipótese de manifestação final da Justiça pela invalidade dos títulos, risco esse considerado mitigado pela possibilidade de compensação com créditos constituídos ou a constituir, decorrentes de ações judiciais movidas pela Fibra e de documentos firmados pelo Estado de Alagoas por ocasião do acordo.

Negociação de Títulos Classificados na Categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”

Visando garantir uma taxa de juros mais elevada por um prazo maior, em 2011 a Fibra antecipou a substituição de lotes de títulos federais por vencimentos mais longos, junto à carteira própria, conforme previsto no art. 1º da Resolução CGPC nº15, de 23 de agosto de 2005. As operações de vendas e compras bem como os resultados destas operações estão a seguir demonstrados:

Operação	Quantidade/Título	Vencimento	Data da liquidação	Valor da negociação	Valor atualizado pela curva do ativo na data da negociação	Resultado da operação
Venda	12.991 NTN-B	15/05/17	17/03/11	20.168	19.057	1.111
	10.000 NTN-B	15/05/13	14/07/11	20.537	20.095	442
	10.000 NTN-B	15/05/17	21/12/11	21.849	20.189	1.660
	10.000 NTN-B	15/05/17	22/12/11	21.887	20.137	1.750
Total Vendas				84.441	79.478	4.963
Compra	10.139-NTN-B	15/08/30	17/03/11	20.169	20.169	
	10.058-NTN-B	15/08/16	14/07/11	20.540	20.540	
	10.000-NTN-B	15/08/40	21/12/11	22.954	22.954	
	10.000-NTN-B	15/08/40	22/12/11	22.964	22.964	
Total Compras				86.627	86.627	

Provisões CDBs de emissão do Banco Santos S.A.

Com a intervenção decretada pelo Banco Central do Brasil no Banco Santos S.A., em 12 de novembro de 2004, a Fundação constituiu provisão de R\$ 16.821, para eventual perda dos CDBs emitidos por este Banco. Esses papéis integravam a carteira do fundo exclusivo Associate-FI administrado pelo Banco Votorantim S.A. Com a

extinção do fundo exclusivo, realizado pelo resgate dos ativos, este direito de crédito passou para a carteira própria, estando registrado pelo valor da habilitação na massa falida (R\$ 17.561), com a provisão para perda do mesmo valor.

Em razão da decretação da falência do Banco Santos S.A., ocorrida em 20.09.2005, houve a necessidade de contratação de serviços advocatícios para a habilitação dos créditos junto à massa falida e as providências para a busca de ressarcimento dos créditos da Fundação.

Após diversas reuniões com o grupo de credores constituído pela ABRAPP e em conjunto com outros fundos de pensão, com o objetivo de avaliar as estratégias de ações judiciais, com vistas à recuperação dos ativos do Banco Santos, a Fundação, com aprovação de seu Conselho Deliberativo, contratou o escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra para o acompanhamento do processo de falência, decidindo-se, também, por eventual contratação de outro escritório para a busca de resultados extra-falenciais, caso se revele conveniente.

Nos termos autorizados pelo juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, o administrador da Massa Falida do Banco Santos S.A. distribuiu, aos credores, em 2010, o valor correspondente a 30% do valor da habilitação na massa falida.

Em função da decisão, a Fibra recebeu R\$ 1.756 em julho de 2010, que corresponde a 10% do valor da habilitação, e R\$ 3.161, em dezembro de 2010, correspondente a 20%, do valor da habilitação, deduzida da parcela já recebida em julho. Estes valores foram contabilizados em receitas de investimentos e baixados da provisão retificadora do ativo. Devido ao levantamento destes valores, conforme contrato, houve o pagamento de honorários de êxito ao escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra.

O escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados, contratado da Fibra, acompanha o processo e eventualmente poderá sugerir outras medidas a serem adotadas, caso se revelem convenientes. A Fibra também está buscando informações acerca de iniciativas de alguns credores e grupos interessados que pretendem criar um fundo de credores para acelerar o processo de recebimento do restante dos créditos.

● Investimentos imobiliários

A entidade procedeu, em abril de 2011, a reavaliação de todos os imóveis componentes dos investimentos imobiliários, suportada por laudo de avaliação dos peritos independentes “Decatur Engenharia e Avaliações Ltda.” O método avaliatório utilizado foi o “Método comparativo de dados de mercado”, conforme descrito no item 8.2.1

da ABNT NBR 14653-1: 2001, fundamentado em ampla pesquisa de mercado e envolvendo, além de preços ofertados e/ou comercializados, as características e atributos que exerçam influência no valor.

Os ativos reavaliados passaram, a partir de maio de 2011, a ser depreciados pela sua vida útil remanescente estimada no referido laudo de reavaliação, ou seja, 40 anos (2,5% ao ano).

Em 2010, a fundação vendeu parte dos imóveis do Edifício Centro Comercial Itália, pelo valor de R\$ 4.982, sendo que os valores contábeis destes imóveis na data das vendas totalizavam R\$ 3.444 o que gerou um resultado positivo total de R\$ 1.538. Do valor da venda de R\$ 4.982, R\$ 2.984, foram recebidos no exercício de 2010 e R\$ 1.998 em 2011.

Nova alienação foi realizada em 2011, dos conjuntos 1302/1304/1306 e 1308, do 13º andar do Edifício Centro Comercial Itália, pelo valor de R\$ 1.350, sendo recebido em 22/12/11 o valor de R\$ 100, R\$ 305 a receber em 12/01/12 e o restante (R\$ 945) a ser pago em 24 parcelas, a partir de 10/02/12, corrigidas por IPCA, acrescidas de juros de 7% ao ano. O resultado apurado na alienação foi de R\$ 112.

O detalhamento dos investimentos imobiliários, em 31 de dezembro de 2011, está a seguir demonstrado:

Imóvel	Valor contábil líquido antes da reavaliação	Valor da reavaliação em abril/11	Valor do resultado da reavaliação	Depreciação de maio a dez/12	Aluguéis a receber	Saldo em 31/12/11
Edificações para uso próprio	1.197	3.039	1.842	(46)	-	2.993
Edificações locadas à patrocinadora	9.818	24.140	14.322	(362)	121	23.899
Edificações locadas a terceiros	13.318	22.124	8.806	(340)	156	21.940
Total	24.333	49.303	24.970	(748)	277	48.832

Auditoria de gestão dos investimentos

Em consonância com a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional, foi decidido manter a realização dos trabalhos de auditoria de gestão dos investimentos por nossos auditores externos, com o objetivo de avaliar a pertinência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle utilizados na gestão dos recursos da entidade. O resultado desta auditoria consta em parecer específico, que atende ao disposto na referida Resolução.

Demonstrativo da composição consolidada da carteira de investimentos

	2011	2010
Títulos Públicos	1.367.437	1.164.558
Títulos Públicos Federais	1.367.437	1.164.558
Créditos Privados e Depósitos	40.339	60.552
Instituições financeiras	40.339	60.552
Fundos de Investimentos	561.007	634.437
Fundos de Renda Fixa	124.572	157.448
Fundos Exclusivos	201.690	318.252
Fundos Abertos	178.594	109.265
Fundos de Investimentos em Participações–FIP's	51.527	41.253
Fundos de Capital Protegido	4.624	8.219
Investimentos imobiliários	48.832	26.740
Aluguéis e Renda	47.582	24.742
Direitos em Alienações de imóveis	1.250	1.998
Operações com participantes	50.744	48.349
Empréstimos	50.744	48.349
Depósitos Judiciais/Recursais	101.174	93.861
Depósitos Judiciais – IR – Anistia – MP nº 2.222/01	83.207	76.846
Depósitos Judiciais – IR – RET – MP nº 2.222/01	17.967	17.015
Total dos investimentos	2.169.533	2.028.497

5. EXIGÍVEL OPERACIONAL

	2011	2010
Gestão Previdencial		
Benefícios a pagar – Provisões	409	709
Retenções a recolher	2.518	2.168
Total Gestão Previdencial	2.927	2.877
Gestão Administrativa		
Contas a Pagar	684	715
Retenções a recolher – Impostos a Recolher	83	172
Outras exigibilidades	9	17
Total Gestão Administrativa	776	904
Investimentos		
Investimentos Imobiliários	-	40
Outras exigibilidades – honorários advocatícios	2.778	2.488
Total de investimentos	2.778	2.528

O valor de honorários advocatícios de R\$ 2.778 (R\$ 2.488 em 2010), provisionado no balanço de 2011 em “Outras Exigibilidades”, corresponde ao saldo remanescente e atualizado, a ser pago por ocasião do cumprimento de condições contratuais relativas ao afastamento dos riscos decorrentes do teor da Resolução no 53/02 do Senado Federal.

6. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

6.1 Exigível contingencial - Investimentos

Os valores das provisões, relativas ao exigível contingencial dos Investimentos estão a seguir demonstrados:

Valores Atualizados

	2011	2010
Provisões Acumuladas atualizadas		
IRRF anistia	120.500	115.709
Provisões iniciais	44.737	44.737
Atualização das provisões efetuada	35.567	30.776
Provisão Complementar contabilizada em 2009	40.196	40.196
IRRF RET	17.967	17.015
Provisões iniciais	8.617	8.617
Atualização das provisões efetuada	9.350	8.398
Subtotal das provisões acumuladas atualizadas	138.467	132.724

Imposto de Renda – IRF

Fundamentada em parecer de seus assessores jurídicos, com base em outras teses jurídicas além da imunidade tributária, a entidade interpôs ação cautelar relativa ao IRRF, tendo obtido liminar judicial que possibilitou:

- Depositar judicialmente o valor original devido, do imposto de renda relativo aos 5 anos e optar pela anistia dos juros e multas de que trata a MP nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, sem desistência das ações judiciais e sem renunciar direitos, conforme estabelecido na referida Medida Provisória.

- Depositar judicialmente os valores de IRRF apurados a partir de setembro de 2001, utilizando a alíquota descrita no Regime Especial Tributário - RET.

- Continuar questionando judicialmente a incidência do IRRF, sob as alegações de outras teses, tais como: bi-tributação, não incidência, isonomia com entidades abertas de previdência (proporcionalidade e razoabilidade).

Na eventualidade de não ter, no julgamento final do mérito, seus pleitos acatados pelo Poder Judiciário a entidade poderá requerer a desistência de todas as ações judiciais relativas aos tributos, além de desistir de qualquer alegação de direito sobre as quais se fundam as referidas ações, com a conseqüente reversão dos valores depositados judicialmente em renda da União, de forma a preservar os efeitos da anistia, conforme parecer jurídico.

Para fins de prevenir a decadência de seu direito de cobrar o IRRF discutido na ação judicial e objeto de depósito judicial, a Secretaria da Receita Federal lavrou um primeiro Auto de Infração, no qual lançava de ofício o crédito tributário relativo apenas ao valor do principal do imposto, ou seja, sem multa ou juros de mora.

Posteriormente, porém, a Secretaria da Receita Federal lavrou outro Auto de Infração complementar, em substituição ao primeiro, corrigindo o valor do principal (imposto) lançado, que no primeiro Auto se encontrava a maior. Neste Auto, porém, foram lançados também juros de mora. Apresentada a impugnação ao lançamento, foi julgada improcedente.

Em 22 de setembro de 2004, a Fibra recebeu da Delegacia da Receita Federal, cópia do acórdão da decisão que ratificou o entendimento da fiscalização daquele órgão federal que julgou procedente a exigência do IR relativo ao período da anistia, ou seja, 01/1997 a 08/2001, bem como a aplicabilidade dos juros de mora, da forma que constam no Auto de Infração complementar emitido contra a Fibra.

Diante da decisão, a Fibra apresentou recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, onde foi necessário fazer arrolamento de bens, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 264/02, pois segundo parecer dos advogados que defendem a ação, o Juiz de 1ª instância deferiu o pedido nos termos solicitados e, que os depósitos judiciais efetuados garantem a adesão à anistia, sem quaisquer ônus adicionais, além daqueles já depositados e provisionados.

A Fundação solicitou no Processo Judicial o cancelamento do Auto de Infração, tendo em vista, que os valores estão com as suas exigibilidades suspensas em função dos depósitos judiciais, o juiz da 6ª vara da Justiça Federal de Brasília, determinou o cancelamento do Auto de Infração, pois além do desrespeito do Fisco à ordem judicial, que garantiu a Fibra o direito de depositar judicialmente o IRRF discutido, para assegurar a anistia, no Auto de Infração, foram aplicados juros de mora a partir do vencimento da obrigação tributária, o que eleva o valor exigido do imposto.

A pedido da Fazenda Pública Nacional, o mesmo Juiz Federal revogou sua decisão que havia determinado o cancelamento do Auto de Infração.

O recurso voluntário no Conselho de Contribuintes foi julgado improcedente, sendo que o relator alegou que quando findo o processo judicial, a fundação deveria recolher somente aquilo que o juiz estipulasse como devido.

Diante da decisão desfavorável e com orientação de seus consultores jurídicos, a Fibra, em junho de 2006, apresentou Embargos de Declaração, alegando contradições e omissões na decisão do Conselho de Contribuintes. Caso haja nova decisão desfavorável no julgamento dos Embargos de Declaração, a fundação poderá ainda entrar com Recurso Especial junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Sem prejuízos dos direitos discutidos nas ações individuais, em que vem discutindo a exigibilidade do IR, em dezembro de 2005, a Fundação desistiu das ações coletivas impetradas pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, em atendimento ao disposto no artigo 94, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Em dezembro de 2004, a Fibra contratou o Dr. Marco Aurélio Greco, para emitir parecer acerca das teses que vem sendo defendidas judicialmente, cuja opinião é fundamental no julgamento do processo.

Em setembro de 2006, a Fibra obteve, por meio de seus advogados, junto à 6ª Vara Federal de Brasília a emissão de Ofício judicial determinando a alteração da correção da conta de TR para SELIC. Com isso a conta dos depósitos judiciais passou a ser corrigida, pela SELIC e não mais pela TR, como vinha ocorrendo. Resta a pendência quanto à correção do período passado, em que a conta vinha sendo corrigida pela TR, sendo que a Fibra já pleiteou a regularização do saldo, visto que a determinação judicial é para correção anterior e futuro dos depósitos judiciais.

Com a publicação da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que instituiu o REFIS IV, a Fibra reavaliou sua questão tributária tendo em vista uma eventual adesão aos benefícios propostos.

Após a análise dos termos da Lei e da Portaria Conjunta nº 10, subscritas pela Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Receita Federal, de 9 de novembro de 2009, onde estabelece que só terão direito aos descontos previstos em lei os contribuintes que depositaram judicialmente, além do valor principal do tributo questionado, as respectivas multas e juros, concluiu-se que a Fibra ficou impossibilitada de aderir ao REFIS IV.

Diante disso, o Conselho Deliberativo decidiu pela manutenção das ações judiciais assim como, com base no § 2º, do artigo 12, da Resolução nº 13, de 01 de outubro de 2004, onde estabelece que para a realização dos objetivos da EFPC “os riscos identificados devem ser avaliados com observância dos princípios de conservadorismo e prudência, sendo recomendável que as prováveis perdas sejam provisionadas, antes de efetivamente configuradas”, efetuar a provisão da diferença entre o Auto de Infração Complementar atualizado (R\$ 111.643) e o saldo da conta judicial (R\$ 71.447) no valor de R\$ 40.196 (atribuída à remuneração a menor da conta judicial de TR para SELIC e juros desde os fatos geradores do Auto de Infração Complementar).

Em 30 de novembro de 2009, a ação cautelar, na análise de mérito, foi julgada improcedente, porém com contradições, equívocos e omissões que levou a Fibra, com orientação de seus consultores jurídicos, com base no artigo 535 do Código de Processo Civil, apresentar embargos de declaração.

A decisão destes embargos foi publicada em 15 de agosto de 2011, acolhendo em parte os Embargos de Declaração opostos pela Fibra, mas não suprimindo, totalmente, a omissão sobre a adesão da Fibra à anistia prevista no artigo 5º da MP nº 2.222/01, a qual havia sido garantida por meio da liminar obtida.

Diante deste novo julgamento desfavorável, em 22 de agosto de 2011, novos Embargos de Declaração foram opostos pela Fibra, com o objetivo de suprir a omissão da decisão acerca dos efeitos da liminar durante o período de sua eficácia para garantir a adesão da Fibra à

anistia prevista no artigo 5º da MP nº 2.222/01, o qual aguarda-se julgamento.

6.2 Exigível contingencial – Gestão Previdencial

A maioria dos processos judiciais movidos pelos assistidos contra a Fibra ou Patrocinador Itaipu Binacional não deve impactar no patrimônio líquido da Fibra, pois de acordo com o artigo 79, § 1º, do Regulamento do Plano de Benefícios, nas “hipóteses de condenação judicial, referente a ato ou omissão inerente à gestão de Recursos Humanos do Patrocinador, ou revisão administrativa promovida pelo Patrocinador, que implique majoração dos benefícios concedidos ou a conceder pela Fibra, caberá ao respectivo Patrocinador efetuar o aporte do numerário correspondente à diferença de reserva matemática, deduzidos os valores de contribuição de responsabilidade dos Participantes”.

Dos processos judiciais, que não são cobertos pelo artigo 79, § 1º do Regulamento do Plano de Benefícios (que geram impacto no Patrimônio Líquido), após a avaliação jurídica das probabilidades de êxito ou perda dos processos, foram consignadas na contabilidade, em 2010, provisões para eventuais perdas, no valor de R\$ 279.

Em agosto de 2010, a Itaipu e a Fibra foram oficiadas em uma execução de sentença provisória para, no prazo de 48 horas, efetuar o depósito de R\$ 1.165 ou oferecer bens a penhora. O tema foi tratado no âmbito de Itaipu e da Fibra e, por solicitação da área jurídica de Itaipu, a Fibra ofereceu dois andares do Edifício Parigot de Souza para penhora e provisionou o valor em setembro/2010, no Passivo - Exigível Contingencial, tendo o Ativo-Realizável como contrapartida, por tratar-se de ação judicial que tem cobertura pelo § 1º do Artigo 79 do Regulamento da Fibra, situação na qual a majoração no passivo seria coberta pela majoração, em igual valor, do ativo, a ser pago por Itaipu. Este valor atualizado para 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 1.212.

Em 2011 a Itaipu constituiu um Grupo de Trabalho para avaliar as demandas e seus reflexos trabalhistas e previdenciários, visando eventuais ajustes contábeis, tanto na Fibra (ativo) como na Itaipu (passivo) para os processos judiciais cobertos pelo artigo 79, § 1º, do Regulamento do Plano de Benefícios.

6.3 Exigível contingencial – Gestão Administrativa

6.3.1 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Programa de Integração Social - PIS

O Supremo Tribunal Federal – STF, ao analisar a constitucionalidade do parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, que trata da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS e para o Programa de Integração Social-PIS, entendeu que somente existirá base de cálculo das mencionadas contribuições se

houver faturamento, ou seja, venda de mercadorias ou de prestação de serviços ou a combinação de ambos.

A base de cálculo do PIS e da COFINS, estabelecida para os fundos de pensão, é lastreada na referida lei e resulta na soma do custeio administrativo (Sobrecarga Administrativa) e na remuneração do fundo administrativo, não sendo, portanto, faturamento.

Com base na decisão do STF e em parecer jurídico, a Fibra interpôs ação judicial visando o reconhecimento da não sujeição ao recolhimento das referidas contribuições sobre o custeio administrativo (sobrecarga administrativa e remuneração do fundo administrativo), tendo obtido liminar que permitiu depósito judicial dos valores da COFINS e do PIS, relativos a fatos geradores a partir da competência de agosto de 2008. A ação visa, ainda, à recuperação dos valores de PIS e COFINS que foram recolhidos após o encerramento das ações, relativa à anistia instituída pela MP nº 2.222/01.

Diante de decisão desfavorável, a Fibra, em 07 de dezembro de 2011, protocolou Embargos de Declaração, pois foi verificado que o acórdão publicado partiu de premissas equivocadas, incorrendo, ainda, em omissão, cuja correção revelou-se essencial ao correto, deslinde da presente controvérsia, com isso, foi requerido que seja reconhecido a não sujeição do PIS e da COFINS, pois a execução de planos de benefícios previdenciários, não se enquadra no conceito de faturamento previsto no artigo 3º da Lei nº 9.718/98, nos termos da decisão do STF.

6.3.2 Provisões para processos trabalhistas

Após avaliação jurídica de demandas trabalhistas, em 2010 a Fibra efetuou provisão de R\$ 117 no Exigível Contingencial do PGA para cobrir os custos eventuais. Este valor, adicionado ao valor já provisionado em 2009 (R\$ 5), atualizado monetariamente totaliza em 31 de dezembro de 2011 R\$ 143.

Os valores das provisões e dos depósitos judiciais efetuados, relativos às contribuições para o PIS, para a COFINS e para o processo judicial de ex-empregada da Fundação, estão a seguir demonstrados:

Valores Atualizados		
	2011	2010
Provisões acumuladas		
COFINS	1.766	1.126
PIS	287	183
Provisões trabalhistas	143	122
Subtotal das provisões acumuladas	2.196	1.431

7. EXIGÍVEL ATUARIAL

A composição do exigível atuarial, em 31 de dezembro de 2011, e respectiva movimentação no exercício que finda nesta data são as seguintes:

Provisões Matemáticas	2011	2010
Benefícios Concedidos	1.326.401	1.150.742
Benefícios definidos	1.326.401	1.150.742
Benefícios a Conceder	737.315	704.230
Benefícios definidos	737.315	704.230
(-) Provisões Matemáticas a Constituir – Serviços passados	(44.833)	(44.208)
Reservas a amortizar	(44.833)	(44.208)
TOTAL DE PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.018.883	1.810.764

A movimentação das provisões matemáticas no exercício foi a seguinte:

No início do exercício	1.810.764
Constituição no exercício de 2011	208.119
Saldo no final do exercício de 2011	2.018.883

8. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Representam os resultados acumulados obtidos pela entidade e registrado na conta de resultados realizados.

9. FUNDOS – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A constituição nos exercícios findos em 31 de dezembro foi efetuada da seguinte forma:

	2011	2010
Fundo administrativo permanente	526	458
Saldo inicial	458	371
Constituição/Reversão	68	87
Fundo administrativo financeiro	20.257	17.756
Saldo anterior	17.756	16.258
Custeio administrativo do exercício	9.878	9.147
Outras receitas administrativas	-	3
Despesas administrativas do exercício	(9.858)	(9.107)
Remuneração do fundo	2.544	1.664
Constituição/Reversão do fundo administrativo do financeiro para o permanente	(68)	(87)
Reversões/Constituições de contingências	5	(122)
Saldo dos fundos da gestão administrativa	20.783	18.214

10. OUTRAS CONTRATAÇÕES COM O PATROCINADOR
ITAIPU – RESCISÃO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

O “Instrumento Particular de Rescisão de Dação em Pagamento” foi assinado, entre a Fibra e o patrocinador Itaipu Binacional, em 18 de dezembro de 2003 e contemplou todos os aspectos exigidos pela Resolução CGPC nº 17, de 11 de julho de 1996. A cópia do contrato foi remetida para a Secretaria de Previdência Complementar - SPC em 22 de dezembro de 2003, atendendo as disposições legais. Após o envio de documentos complementares solicitados pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, em 13 de junho de 2005, por meio do Ofício nº744/PREVIC/DITEC/CGAT, a Rescisão da Dação em Pagamento e Outras Avenças entre a Fibra e o patrocinador Itaipu foi aprovada.

O montante contratado está sendo pago por Itaipu em 230 parcelas mensais, sendo que até dezembro de 2011 foram pagas 96 parcelas, todas atualizadas pelo INPC e juros reais de 6% ao ano, sendo posteriormente ajustadas pela Rentabilidade Mínima Atuarial - RMA, apurada anualmente.

Os efeitos desta operação no patrimônio da Fibra em 31 de dezembro de 2011 estão demonstrados no quadro a seguir:

Outras contratações com o Patrocinador – Rescisão da Dação em Pagamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	86.061
(-) 12 parcelas pagas em 2011	(10.236)
(+) Valor da atualização e juros da dívida em 2011	10.237
= SALDO EM 31/12/11	86.062

11. DÉBITO DO PATROCINADOR NO CASO DE RETIRADA HIPOTÉTICA

De acordo com a nota técnica do atuário independente, a reserva matemática em 31 de dezembro de 2011, considerando a retirada hipotética do Patrocinador, calculada conforme a interpretação da Resolução CPC nº 06 de 07 de abril de 1988, alcançou o valor de R\$ 1.982.286 (R\$ 1.788.678 em 2010), feita dentro do princípio de “Benefícios com direitos já acumulados”, retirando-se a projeção de crescimento real de salário e considerando-se o “turnover” nulo.

SILVIO RENATO R. SILVEIRA
Diretor Superintendente
CPF – 514.772.629-20

FLORÍCIO MEDEIROS DA COSTA
Diretor de Seguridade
CPF – 425.879.210-15

DENYSE GUBERT ROCHA
Diretora de Administração e Processos
CPF – 510.083.789-68

EDMILSON RICARDO
Contador – CRC PR 033.375/0-8
CPF – 566.559.329-04

V.1. - CUSTOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE EM RELAÇÃO AO ANTERIOR

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o plano de benefícios da Fibra, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela Fibra, resultou no custo total de 26,34% (excluído o custo administrativo e a contribuição normal de 10% dos aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios), conforme abaixo descrito:

Custo (%)		
Tipo de benefício	Ano Anterior	Ano Atual
Aposentadorias	20,66%	20,03%
Invalidez	0,89%	0,87%
Pensão por morte	2,58%	2,50%
Auxílio-doença	-	-
Pecúlio por morte	-	-
Resgates	0,06%	0,05%
Outros benefícios (auxílio reclusão e funeral)	0,02%	0,02%
OUTROS BENEFÍCIOS (Benef.Esp.Temporário p/Morte)	0,24%	0,24%
Sub-total (1)	24,45%	23,71%
Suplementar	2,32%	2,32%
Jóias	0,32% *2	0,31% *2
Sub-total (2)	2,64%	2,63%
Total (1)+(2)	27,09%	26,34%
Custo administrativo	*1	*1

*1 - A sobrecarga administrativa, de total responsabilidade patronal, será igual a 15% do total das contribuições recolhidas pelos Participantes, inclusive os Assistidos, e pelo Patrocinador, incluídas nesse total as próprias contribuições destinadas ao custeio administrativo.

*2 - Esse custo não foi incluído no SUB-TOTAL (1).

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2011, a idade média dos participantes ativos é de 41,16 anos, desconsiderando-se os que constituem os riscos iminentes. Se considerados todos os participantes ativos, essa idade média na avaliação atuarial de 2011 é de 42,81 anos.

2) O custo total reavaliado de 26,34% será custeado, no exercício de 2012, pelas alíquotas descritas abaixo, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefícios da Fibra, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Em %		
Contribuições Normais		
Referência	Ano Anterior	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	9,77%	9,02% *1
Contribuição Normal da Patrocinadora	15,00% *2	15,00% *2
Sub-total	24,77%	24,02%
Custo Suplementar	2,32%	2,32%
Total Contribuições (Patrocinadoras + Partic. Ativos):	27,09%	26,34%

Contribuições Normais dos Participantes Assistidos:		
Aposentados	10,00%	10,00%
Pensionistas	0,00%	0,00%

*1 Inclui a contribuição Normal referente a Joia Atuarial: 8,71% + 0,31% = 9,02%, sendo 0,31% o percentual contributivo médio dos participantes destinado a dar cobertura à Joia Atuarial.

*2 Não está incluída a contribuição destinada ao custeio administrativo, de total responsabilidade patronal, de valor igual a 15% do total das contribuições recolhidas pelos Participantes, inclusive os Assistidos, e pelo Patrocinador, incluídas nesse total as próprias contribuições destinadas ao custeio administrativo.

3) A Contribuição Normal Pura vigente (que não inclui a sobrecarga administrativa) de 24,02% da folha do Salário Real de Contribuição é praticamente igual ao Custo Normal Puro (que também não inclui a sobrecarga administrativa) de 24,09%, atuarialmente reavaliado, sem aplicação do ajuste de 0,07%. Tal fato significa que a Contribuição Normal Pura, que vem sendo praticada, é praticamente igual ao Custo Normal, atuarialmente reavaliado, de 24,09%, antes do seu ajuste aos 24,02% correspondentes à Contribuição Normal Pura. A adoção de ajustes ou reduções na Contribuição Normal Pura vigente será precedida de análises de tendências de longo prazo nas hipóteses atuariais adotadas, que indiquem a necessidade efetiva desses ajustes ou reduções, observada a legislação aplicável.

V.2. - VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR

1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e do Patrimônio de Cobertura deste Plano do final do ano de 2010 para o final do ano 2011, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Valores em *R\$ mil			
Referência	31/12/2010*	31/12/2011*	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	1.150.742	1.326.401	15,26%
Provisão de Benefícios a Conceder	704.230	737.315	4,70%
Provisão Matemática a Constituir	(44.208)	(44.833) *1	1,41%
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	1.810.764	2.018.883	11,49%
Resultado Técnico Acumulado	150.345	74.864 *2	(50,21)%
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.961.109	2.093.747	6,76%

*1: A ser amortizada pelo pagamento da ITAIPU BINACIONAL da Contribuição Suplementar de 2,32% da sua Folha Salarial a vigorar durante 468 meses a contar de abril de 1988 (restando, portanto, 195 meses a contar, inclusive, de janeiro de 2012, para o término da vigência dessa contribuição amortizante).

*2: Se for desconsiderada a provisão contingencial (R\$ 37.293 mil), o Resultado do Ano de 2011 seria de R\$ 112.157 mil.

OBSERVAÇÃO: No que tange à destinação do superávit, a Resolução MPS/CGPC nº 26/2008 impõe diversas exigências, tais como a obtenção de superávits superiores a 25% das reservas matemáticas (passivo atuarial), avaliação atuarial com taxa máxima real de juros

de 5% ao ano e utilização de tábua biométrica com mortalidade não superior a da AT-2000. Assim, qualquer proposta da destinação do superávit só poderá ser apreciada e discutida na Fibra quando o Plano de Benefícios atender a todos os requisitos da referida Resolução. Atualmente o superávit do Plano é de 3,71% das reservas matemáticas, ou seja, aquém dos 25% estabelecidos pela legislação.

V.3. - PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS E, SE FOR O CASO, MEDIDAS PARA SUA MITIGAÇÃO

1) Com relação à situação financeiro-atuarial do Plano de Benefício Definido vigente na Fibra, já considerando a adoção das novas hipóteses atuariais de Crescimento Real de Salários e Rotatividade na avaliação atuarial do exercício de 2011, a situação do Plano ficou superavitária em R\$ 74.864.151,84, equivalente a 3,71% do Patrimônio de Cobertura então existente de R\$ 2.093.747.389,01.

NOTA: O impacto referente a adoção das novas hipóteses atuariais de Crescimento Real de Salários e Rotatividade representou R\$ 7.118.067,84 nas Provisões Matemáticas do Plano de Benefício Definido da Fibra.

2) Em relação às hipóteses de rotatividade (aqui entendida como saída do Plano sem direito a receber benefício) e de projeção de crescimento real de salário, conforme também já destacado e mencionado no item 1, houve atualização das escalas, utilizando-se como base os dados dos participantes, posicionados nos meses de dezembro, relativos aos anos de 1996 a 2010, sendo que no ano de 2011, a base de dados foi posicionada em julho de 2011. Para atualizar a escala de rotatividade foram utilizadas as informações referentes aos participantes que se desligaram do Plano e efetuaram resgate ou portabilidade neste intervalo de tempo. Na aplicação da metodologia utilizada para refletir com aderência tais hipóteses, obteve-se os seguintes resultados: crescimento real médio de salário: 2,15% ao ano em 2011 versus 2,01% ao ano em 2010 e rotatividade média anual: 0,13% em 2011 versus 0,20% em 2010. Isto deve-se, principalmente, à movimentação da massa causada pelo ingresso de novos participantes e pelos desligamentos decorrentes do PPDV (Programa Permanente de Desligamento Voluntário).

3) Permaneceram sem qualquer alteração as seguintes hipóteses atuariais adotadas:

i) Tábua de Mortalidade Geral: Mantida em 2011, ou seja, consi-

derando o “qx da AT-2000 (Desagravado em 10%)”;

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: Mantida em 2011, ou seja, considerando o “ $q_x^i = q_x$ da AT-83 (Desagravado em 10%)”;

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: Mantida em 2011, ou seja, considerando o “ix = LIGHT-FRACA”;

iv) Taxa real de juros/desconto: Mantida em 2011, ou seja, em 5,75% ao ano;

v) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: Mantido em 2011 no mesmo nível de 100%, adotado em 2010, já que, da mesma forma de 2010, 2009 e 2008, se está trabalhando com a média atualizada do Salário Real de Benefício (SRB) definido no Regulamento do Plano;

vi) Em relação à composição familiar, manteve-se a premissa de Família Média, para os benefícios de pensão por morte dos participantes ativos e assistidos (ainda não falecidos), considerando a realidade da diferença média da ordem de 6 anos de idade entre os atuais participantes assistidos e respectivos beneficiários vitalícios (cônjuge ou equivalente), conforme parecer atuarial JM/3601/2011, de 20 de dezembro de 2011. Em relação aos benefícios já concedidos de pensão por morte, foi mantida a adoção da família efetiva. A premissa de Família Média permanece sob monitoramento; e

vii) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: Mantida em 2011 no mesmo nível de 98,10% adotado em 2010 e 2009, em conformidade com o JM/3602/2011 de 20 de dezembro de 2011.

4) Devemos destacar que este Plano de Benefício Definido da Fibra possui em carteira própria papéis que levará até o vencimento com taxas atreladas à inflação, com “spread” superior à meta atuarial, cujo registro contábil, nos termos do artigo 3º da Resolução CGPC nº 04/2002, está sendo feito pelos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos conforme taxa pactuada. A diferença entre o valor contabilizado e o valor de mercado destes títulos aumentaria em R\$ 146.529 mil o superávit existente. A capacidade financeira relativa à adoção de procedimento de registro de títulos classificados como “títulos até o vencimento” pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos se baseia no fato de que o perfil, traçado pela área de investimentos, leva em consideração os fluxos de receitas e despesas projetados, atuarial e financeiramente, para os anos que irão decorrer até o vencimento desses títulos.

5) A rentabilidade nominal líquida efetivamente obtida ao longo de 2011 pela FIBRA, nas aplicações financeiras deste Plano foi de 9,53% calculada pelo sistema de cotas (custódia Bradesco), o que representou em relação ao IPCA do IBGE, de janeiro a dezembro de 2011(calculado sem se considerar a defasagem de um mês, utilizada na sua aplicação como indexador), se obter juro real de 2,84% ao ano.

6) O total das Provisões Matemáticas, em 31/12/2011, considerando um hipotético saldamento deste Plano de Benefício Definido, com a concessão de um benefício proporcional ao tempo averbado de filiação ao Plano para os participantes não assistidos e com a continuidade do pagamento dos benefícios já concedidos (incluindo a garantia do pagamento dos benefícios diferidos), foi avaliado considerando nulos tanto o crescimento real de salário quanto a rotatividade, tendo sido obtido como resultado o valor de R\$ 1.982.283 mil, que encontra plena cobertura no Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 2.093.747 mil, sendo relevante ressaltar quanto a essa situação, que a descontinuidade de um Plano de Benefícios Previdenciários de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar apresenta questões que ultrapassam os aspectos quantitativos considerados na avaliação atuarial aqui realizada, devendo serem tais questões, previamente analisadas com profundidade, caso, por qualquer motivo, um cenário de descontinuidade venha a se apresentar.

V.4. - QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, como Provisão Matemática a Constituir e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais descritas no item III letra “a” desta D.A., os regimes atuariais de financiamento apresentados no item III da Nota Técnica Atuarial do Plano de Benefícios da Fibra (JM/3603/2011) e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela Fibra, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2011, refletida nesta D.A.

V.5. - VARIAÇÃO DO RESULTADO SUPERAVITÁRIO NO EXERCÍCIO ENCERRADO, APONTANDO AS CAUSAS MAIS PROVÁVEIS

Na evolução das Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) desde o encerramento do exercício de 2010 até o encerramento do exercício de 2011, os impactos que merecem destaque são os seguintes:

i) Acréscimo de 4,70% na Provisão de Benefícios a Conceder decorrentes, entre outros aspectos, do impacto dos seguintes fatores:

- Reajuste realizado, em novembro de 2011, na Tabela Salarial do Patrocinador de 6,97%, referente ao IPCA do IBGE acumulado de novembro/2010 a outubro/2011;

- Evolução real do Salário Real de Benefício ao longo do ano de 2011;

- 71 novas inscrições de participantes com repercussões na idade média e na remuneração média dos participantes ativos; e

- Embora mantidas as metodologias de cálculo dos parâmetros relativos à projeção de crescimento real de salário e à projeção de rotatividade, a taxa de crescimento real de salário aumentou de 2,01% ao ano em 2010 para 2,15% ao ano em 2011 e a taxa de rotatividade (saída sem direito a benefícios) reduziu de 0,20% ao ano em 2010 para 0,13% ao ano em 2011.

ii) Acréscimo de 15,26% na Provisão de Benefícios Concedidos decorrentes, entre outros aspectos, do resultado líquido dos seguintes fatores:

- Acréscimo do número de assistidos, em 101 pessoas, que passou de 1.286 em novembro/2010 para 1.379 em novembro/2011 sendo 1.199 benefícios de aposentadorias e 180 benefícios de pensão por morte;

- Reajuste realizado, em novembro de 2011, na Tabela Salarial do Patrocinador, que é também aplicado aos benefícios concedidos, de 6,97%, referente ao IPCA do IBGE acumulado de novembro/2010 a outubro/2011; e

- Provisão de 0,52% referente ao IPCA do IBGE de novembro de 2011 a ser aplicado em dezembro de 2011, de forma a que a Provisão de Benefícios Concedidos ficasse a preços de dezembro de 2011.

iii) Variação de 1,41% no valor da Provisão Matemática a Constituir decorrente, basicamente, do resultado líquido dos seguintes fatores:

- Alteração no crescimento real salarial médio de 2,01% ao ano (na avaliação atuarial do ano de 2010) para 2,15% ao ano (na avaliação atuarial de 2011); e

- Evolução, pela decorrência de mais 12 meses, do prazo remanescente de vigência da contribuição suplementar patronal de 2,32% da folha salarial, de 207 meses para 195 = 207 – 12 meses.

Neste contexto, a evolução do Resultado Superavitário Acumulado de R\$ 150.345 mil apurado em 31/12/2010 para o Resultado Superavitário Acumulado apurado em 31/12/2011 de R\$ 74.864 mil, teve, basicamente, as seguintes origens:

(1) Superávit Acumulado existente em 31/12/2010.....	R\$ 150.345 mil
(2) Atualização do Superávit Técnico Acumulado de 31/12/2010 pela meta atuarial de rentabilidade para 31/12/2011.....	R\$ 19.725 mil ^(*)
(3) Aumento das Provisões Matemáticas decorrentes de alteração nas hipóteses atuariais na avaliação de 31/12/2011.....	R\$ (7.118 mil)
(4) Aumento real do Salário Real de Benefício acima do aumento real projetado para o ano de 2011.....	R\$ (36.181 mil)
(5) Diferença entre a Rentabilidade Obtida e a Meta Atuarial de Rentabilidade no ano de 2011.....	R\$ (72.256 mil) ^(*)
(6) Outros ganhos líquidos de origens diversas e pulverizadas não registrados acima.....	R\$ 20.349 mil
(7)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6) Superávit Técnico Acumulado existente em 31/12/2011.....	R\$ 74.864 mil
^(*) 1 Igual a [(1,0575 × 1,0697) - 1] × R\$ 150.345 mil = R\$ 19.725 mil.	
^(*) 2 Igual a R\$ 2.093.747 mil - R\$ 2.166.003 mil = R\$ (72.256 mil).	

V.6. - NATUREZA CONJUNTURAL OU ESTRUTURAL DO RESULTADO ACUMULADO

Considerando que o Superávit Técnico Acumulado, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco por cento) do total das Provisões Matemáticas, encontra-se registrado como Reserva de Contingência, cujo objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, à luz da legislação vigente, ele é entendido como sendo conjuntural, não sendo, portanto, passível de distribuição facultativa ou obrigatória.

V.7.- ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DO REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido aberto a novas adesões de participantes, o regime financeiro de capitalização adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte, que é o do Crédito Unitário Projetado, mostra-se plenamente adequado.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2012
JOSÉ ROBERTO MONTELLO
 ATUÁRIO MIBA 426

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À DIRETORIA DA FUNDAÇÃO ITAIPU-BR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - FIBRA - CURITIBA-PR

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - Fibra, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido por plano de benefício, da mutação do ativo líquido por plano de benefício, do plano de gestão administrativa consolidada e das obrigações atuariais do plano de benefícios, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - Fibra é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos

relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - Fibra para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – Fibra. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL -Fibra em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela PREVIC.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, são oriundos das demonstrações contábeis anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de janeiro de 2011, que não conteve nenhuma modificação.

Curitiba, 27 de janeiro de 2012.

UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC RS 3717 S PR
JORGE LUIZ M. CEREJA
Contador CRC RS 43679 S PR
CNAI N° 539
Sócio - Responsável Técnico

ELIANE TÂNIA RESMINI
Contadora CRC RS 59765 S PR
CNAI 1126
Auditora

ANTONIO JOSÉ CORREIA RIBAS
Presidente
ARIEL DA SILVEIRA
Conselheiro
GIOVANI DOS ANJOS TEIXEIRA
Conselheiro

JOÃO EMILIO CORRÊA DA SILVA DE MENDONÇA
Conselheiro
SÉRGIO POSSOLO GOMES
Conselheiro
SAULO ASSUMPTIÃO
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social - Fibra, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame do Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2011, e das respectivas Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios, da Mutação do Patrimônio Social consolidada, do Ativo Líquido por plano de benefícios, do Plano de Gestão Administrativa consolidada e das Obrigações Atuariais do Plano por plano de benefícios, encerradas em 31 de dezembro de 2011, bem como as contas e atos da Diretoria Executiva, relativos ao exercício de 2011, e, embasados nos pareceres da Consultoria Atuarial Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda e dos Auditores Independentes UHY – Moreira Auditores, são de opinião que as aludidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômico-financeira da Fundação, permitindo a aprovação do Conselho Deliberativo.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2012.

JOÃO CARLOS FERRER GARCIA
Presidente
ANDRÉA SILVA MEDEIROS
Conselheira

NILSON CAMARGO COSTA
Conselheiro
LUIZ JULIO ZANCOPÉ
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação Itaipu-BR de Previdência e Assistência Social - Fibra, no uso de suas atribuições estatutárias, examinaram o Relatório Anual de Informações e a prestação de contas constituída de: Balanço Patrimonial, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social consolidadas, Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido por plano de benefícios, Demonstração do Ativo Líquido por plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa e Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, devidamente acompanhados do Parecer da auditoria externa UHY Moreira Auditores, pelo Parecer Atuarial da Consultoria Atuarial Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda. e do Parecer do Conselho Fiscal, deliberando pela aprovação dos documentos mencionados no inciso II do Art. 20, do Estatuto da Fibra, relativo ao exercício de 2011.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2012.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2012

(Resumo - em atendimento a Resolução CGPC nº 23 de 06 dez. 2006)

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano de Benefícios	Silvio Renato Rangel Silveira	514.772.629-20	Superintendente

Objetivos da Gestão: A gestão dos recursos da Fibra é realizada internamente e por intermédio de gestores contratados. O estilo de gestão adotado deve ser ativo, atuando em todos os mercados permitidos pela legislação em vigor, com vistas a se obter os retornos necessários aos objetivos definidos na Política de Investimentos, levando-se sempre em consideração o limite de risco da Fibra e a característica de seu passivo.

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2012 a 12/2012	IPCA	5,75%

Alocação do Recursos

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	60,00%	82,00%	71,00%
Renda Variável	13,00%	23,00%	18,00%
Imóveis	1,50%	4,00%	2,50%
Empréstimos e Financiamentos	1,50%	4,50%	2,50%
Investimentos Estruturados	2,50%	6,00%	5,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	2,50%	1,00%

* **Alocação/Derivativos** – Proteção+Exposição, conforme Art.44 da Resolução nº 3.792.

Cenários Macroeconômicos

As projeções utilizadas para 2012, no estudo de ALM, foram:

Selic: 4,71% aa	IGP-M: -0,01% aa	Ibovespa: 12,64%aa
Crédito + Prêmio: 101% do CDI	INPC/IPCA: 5,53% aa	

Índice de Referência (benchmark)

- **Segmento de Renda Fixa:** O desempenho será comparado com o benchmark composto pela ponderação entre os fatores de risco componentes do estudo de ALM e os subíndices da família do Índice de Mercado Andima (IMA) correspondentes: IMA-B5 (IPCA) 30%, IMA-B5+ (IPCA) 59%, IMA-C5+ (IGP-M) 6,5%, CDI 4,5%.

- **Segmento de Renda Variável:** Será utilizado o benchmark híbrido: 60% IBOVESPA + 40% IBRX-100;

- **Segmento de Imóveis:** IPCA acrescido de juros de 5,75% a.a.;

- **Segmento de Empréstimos a Participantes:** IPCA acrescido de juros de 5,75% a.a.;

- **Carteira Consolidada de Investimentos:** IPCA acrescido de juros de 5,75% a.a..

Controle de Risco

Os procedimentos de controle interno e de avaliação de risco de investimentos da Fibra, que utiliza um modelo de risco próprio para fins gerenciais, estão incluídos nos Procedimentos Gerenciais e Operacionais, nos critérios e demais normas internas integrantes do escopo de certificação de qualidade da Fibra, aprovados pela Diretoria Executiva, e submetidos às auditorias interna e externa da qualidade, dentro do padrão da ISO-9000.

- Os critérios para Avaliação dos Riscos estão assim dispostos:
 - Risco de Crédito – RiskBank elaborado pela Consultoria Lopes & Filho Associados;
 - Risco de Mercado – Metodologia VaR, Benchmark VaR, Component VaR, Testes de Stress e Backtesting;
 - Risco de Liquidez – ALM, Fluxo do Passivo Atuarial, Controle de Liquidez e Solvência;
 - Risco Operacional – Consultoria RiskOffice / ISO 9000;
 - Risco Legal – Administrador Fiduciário e parecer jurídico quando necessário;
 - Risco Sistêmico – Análise de stress.

A gestão buscará a garantia do equilíbrio econômico-financeiro entre os ativos do Plano e o passivo atuarial por meio da realização de estudos de ALM – Asset Liability Management contratados junto a especialistas de mercado, e a incorporação dos resultados destes estudos na Política de Investimento.

Gestão dos Recursos

A gestão dos recursos da Fibra é realizada internamente pela própria Fibra e por intermédio de gestores contratados. Estes gestores são avaliados, anualmente, tendo como parâmetros os objetivos de cada segmento.

Os principais critérios para a contratação dos gestores são:

Qualitativos: Estrutura de Suporte e de Controle, Práticas de Marcação a Mercado, Capacidade Técnica, Histórico da Empresa e dos Controladores.

Quantitativos: Total de Recursos Administrados, Custos, Riscos Incorridos e Rentabilidade Histórica auferida.

Estratégia de formação de preços: Os ativos serão valorizados a níveis vigentes no mercado, exceto aqueles de maior prazo a serem levados a vencimento, os quais serão valorizados pela taxa de aquisição.

Hedge: A Fibra poderá efetuar operações de hedge visando à proteção dos ativos componentes de suas carteiras de investimentos, sempre que os estudos técnicos assim recomendarem.

A Política de Investimentos da Fibra, na íntegra, está disponível no site www.fundacao itaipu.com.br ou, se desejar, solicite cópia impressa.

RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Este informativo atende ao disposto no Art. 17 da Resolução CGPC nº. 13 de 01/10/2004, Art. 3º da Resolução CGPC nº. 23 de 06/12/2006 e Instrução SPC nº 14 de 18/01/2007 alterada pela Instrução SPC nº. 21 de 07/04/2008 que disciplinam a divulgação de informações aos participantes.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL, EM ATENDIMENTO AO ART.19 DA RESOLUÇÃO CGPC N.º 13 DE 01/10/2004

O Conselho Fiscal em sua reunião ordinária realizada em 27 de fevereiro de 2012, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Fibra, após exame do Balanço Patrimonial de 2011, e demais demonstrações contábeis, bem como as contas e atos da Diretoria Executiva, relativos ao exercício de 2011, emitiu parecer que as referidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômica-financeira da Fundação.

1. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

(Inciso I do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

Composição dos Investimentos	Posição em 2010		Posição em 2011		Limites Política Faixas de alocação		Limites 3.792
	Valor (R\$)	% do Total	Valor (R\$)	% do Total	% Min	% Max	% Alvo
Total das Aplicações	1.914.351.667	100	2.045.338.279	100,00	-	-	-
Renda Fixa	1.361.983.818	71,15	1.509.132.588	73,78	63	73	68
Renda Variável	427.517.717	22,33	380.284.600	18,59	12	35	23
Imóveis	26.739.833	1,40	48.832.573	2,39	0,7	3	1,5
Empréstimos	48.348.881	2,53	50.743.569	2,48	1	5	2,5
Estruturados	49.472.993	2,58	56.150.561	2,75	3	7	5
Disponível em caixa	288.423	0,02	194.389	0,01	-	-	-

2. TAXA MÍNIMA ATUARIAL E RENTABILIDADES

(Inciso IV, V e VIII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

Segmento	Benchmark 2010	2010		Benchmark 2011	2011	
		% Renta- bilidade	% Bench- mark		% Renta- bilidade	% Bench- mark
Renda Fixa	IMA Balanceado	14,66	18,74	IMA Balanceado	14,59 ⁽¹⁾	14,60
Renda Variável	40% IBOV+60% IBRX-50	2,39	0,88	60% IBOV+40% IBRX-100	-14,58	-15,47
Imóveis	IPCA+6% a.a.	15,67	12,26	IPCA+6%a.a.	109,14 ⁽²⁾	12,89
Operações c/ Participantes	IPCA+6% a.a.	14,88	12,26	IPCA+6%a.a.	15,97	12,89
Estruturados	Não se aplica	0,94	Não se aplica	Não se aplica	1,36	Não se aplica
Rentabilidade Total	IPCA+6% a.a.	11,47	12,26	IPCA+6%a.a.	9,12 ⁽³⁾	12,89

(1) Rentabilidade da carteira de renda fixa com ativos marcados a mercado é 14,74%

(2) Rentabilidade da carteira de imóveis locados é 113,90%

(3) Rentabilidade geral com ativos marcados a mercado é 9,53%

3. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA (EM RELAÇÃO AO IPCA+6% A.A.)

(IN SPC 14 DE 18/01/2007 e IN SPC 21 DE 07/04/08)

Meses	Segmento de Renda Fixa	Segmento de Renda Variável	Segmento de Empréstimos	Segmento de Imóveis	Estrutura- dos	Consoli- dado	TMA (Mensal)
Jan.	(0,28)	(4,79)	0,42	(0,61)	(1,28)	(1,30)	1,32
Fev.	(0,01)	0,02	0,01	(0,52)	(1,15)	(0,04)	1,29
Mar.	0,16	0,21	0,37	(0,63)	(1,13)	0,13	1,28
Abr.	(0,13)	(4,24)	(0,02)	96,88	(1,29)	0,21	1,26
Mai.	0,33	(3,15)	0,41	(0,62)	(1,15)	(0,45)	0,96
Jun.	0,12	(2,96)	0,79	(0,31)	(0,79)	(0,52)	0,64
Jul.	0,22	(5,60)	0,63	(0,24)	(0,62)	(0,97)	0,65
Ago.	0,64	(4,74)	0,06	(0,45)	(0,52)	(0,36)	0,86
Set.	0,07	(6,62)	(0,32)	(0,63)	(0,59)	(1,22)	1,02
Out.	0,10	8,33	0,20	(0,51)	(0,83)	1,55	0,92
Nov.	0,10	(3,01)	0,14	(0,60)	(0,63)	(0,48)	1,01
Dez.	0,18	(0,45)	0,03	(0,37)	(0,86)	0,04	0,99
Total	1,70	(27,48)	3,08	96,25	(10,32)	(3,77)	12,89

Divergência Não Planejada - Atendimento às Instruções Normativas da SPC nº 14, de 18/01/2007 e nº 21, de 07 de abril de 2008. Refere-se à diferença entre a rentabilidade de cada segmento e a Taxa Mínima Atuarial - TMA (IPCA + 6% ao ano), mês a mês, calculada pelo fluxo diário dos ativos.

As justificativas técnicas constam em relatórios específicos, atestadas pelo Administrador Estatutariamente Tecnicamente Qualificado e entregue ao Conselho Fiscal. O documento original encontra-se a disposição da Secretaria de Previdência Complementar.

4.DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

Resolução CMN nº 3792 Relatório 2011 - Posição em 31/12/2011

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR (R\$)	%APLIC.
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS DISPONÍVEL/IMEDIATO	Própria	2.045.338.278,99	100%
A - SEGMENTO DE RENDA FIXA		1.509.132.587,53	73,78%
A1 - TÍTULOS DA CARTEIRA PRÓPRIA	Própria	1.393.491.556,71	68,13%
1 - TÍTULOS PÚBLICOS		1.353.152.975,27	66,16%
BAIXO RISCO DE CRÉDITO		1.353.152.975,27	66,16%
NTN - B - Notas do Tesouro Nacional - Série B		1.263.504.427,12	61,77%
NTN - C - Notas do Tesouro Nacional - Série C		89.648.548,15	4,38%
2 - TÍTULOS PRIVADOS		40.338.581,44	1,97%
BAIXO RISCO DE CRÉDITO		40.338.581,44	1,97%
1 - DPGE		40.296.682,82	1,97%
Banco Pine S/A		24.902.956,00	1,22%
Banco Industrial e Comercial S.A. (BICBANCO)		15.393.726,82	0,75%
2 - Certificado de Depósito Bancário - Pós-Fixado		41.898,62	0,00%
Banco Bradesco S/A		41.898,62	0,00%
A2 - FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIRO		118.418.527,86	5,79%
1 - QUOTAS DE FUNDOS DE RENDA FIXA		105.686.259,19	5,17%
BRZ Crédito Privado FIM	Terceirizada	8.255.657,56	0,40%
FI Votorantim Institucional	Terceirizada	53.092.097,81	2,60%
UBS Pactual Emissões Primárias	Terceirizada	16.088.662,81	0,79%
UBS Pactual Yield DI Referenciado	Terceirizada	5.219.567,64	0,26%
BRZ Multirecebíveis	Terceirizada	23.030.273,37	1,13%
2 - QUOTAS DE FIDC		12.732.268,67	0,62%
FIDC Caixa UBS Pactual	Terceirizada	635.200,04	0,03%
FIDC Caixa UBS Pactual II	Terceirizada	7.082.661,80	0,35%
FIDC CEDAE	Terceirizada	5.014.406,83	0,25%
A3 - EXIGÍVEL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		(2.777.497,04)	-0,14%
Honorários Advocatícios		(2.777.497,04)	-0,14%
B - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL		380.284.600,16	18,59%
B1 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - MÚTUOS		178.593.683,24	8,73%
BBM Valuation FIA	Terceirizada	14.089.239,84	0,69%
BBM Valuation II FIC FIA	Terceirizada	9.483.702,74	0,46%
Bradesco FIA Dividendos	Terceirizada	24.755.779,72	1,21%
Rio Bravo Fundamental Institucional FIA	Terceirizada	10.329.071,87	0,51%
ETF Ishares BOVA11	Terceirizada	54.294.661,08	2,65%
ETF Ishares PIBB11	Terceirizada	8.904.600,90	0,44%
Itaú Ace Dividendos Ações FIA	Terceirizada	20.009.394,43	0,98%
Quest Ações Institucional FIA	Terceirizada	7.732.436,01	0,38%
Bradesco FIA Institucional IBX Ativo	Terceirizada	28.994.796,65	1,42%
B2 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - EXCLUSIVOS		201.690.916,92	9,86%
BRAM FIB FIA	Terceirizada	41.696.550,69	2,04%
FIA Merlot	Terceirizada	54.214.379,62	2,65%
FI FIB Ações Previdenciário	Terceirizada	54.471.768,70	2,66%
Schroder FIB FIA	Terceirizada	51.308.217,91	2,51%

C - SEGMENTO DE ESTRUTURADOS		56.150.560,55	2,75%
C1-QUOTAS DE FUNDOS ESTRUTURADOS:		56.150.560,55	2,75%
Capital Mezanino FIP	Terceirizada	8.362.362,31	0,41%
Capital Mezanino FIP II	Terceirizada	2.552.690,42	0,12%
Empreendedor Brasil	Terceirizada	7.263.888,50	0,36%
FIP Terra Viva	Terceirizada	2.548.812,90	0,12%
Fundo Brascan Petróleo e Gás	Terceirizada	1.831.358,34	0,09%
Logística Brasil FIP	Terceirizada	18.748.615,79	0,92%
Patria Real Estate II Private	Terceirizada	2.147.604,88	0,10%
Rio Bravo Energia I	Terceirizada	8.071.370,93	0,39%
Santander Capital Protegido Institucional Multimercado	Terceirizada	4.623.856,48	0,23%
D - SEGMENTO DE IMÓVEIS		48.832.573,22	2,39%
D1 - EDIFICAÇÕES DE USO PRÓPRIO	Própria	2.993.096,42	0,15%
Edifício Governador Parigot de Souza Rua Comendador Araújo - 551-Centro Curitiba - PR - Térreo, 5º e 9º andar		2.993.096,42	0,15%
D2 - EDIFICAÇÕES LOCADAS À PATROCINADORA	Própria	23.899.606,02	1,17%
Edifício Governador Parigot de Souza Rua Comendador Araújo - 551 - Centro - Curitiba - PR		23.899.606,02	1,17%
D3 - EDIFICAÇÕES PARA RENDA	Própria	21.939.870,78	1,07%
7º andar do Edifício Centro Comercial Itália		2.460.407,52	0,12%
9º andar do Edifício Centro Comercial Itália		2.751.470,79	0,13%
10º andar do Edifício Centro Comercial Itália		2.751.470,79	0,13%
11º andar do Edifício Centro Comercial Itália		2.751.470,79	0,13%
13º andar do Edifício Centro Comercial Itália		550.121,49	0,03%
24º andar do Edifício Centro Comercial Itália		2.801.444,29	0,14%
25º andar do Edifício Centro Comercial Itália		3.157.301,04	0,15%
26º andar do Edifício Centro Comercial Itália		3.466.184,07	0,17%
Rua Marechal Deodoro, 630 - Centro - Curitiba - PR			
Direitos em Alienação de Investimentos em Imóveis		1.250.000,00	0,06%
Aluguéis a Receber		-	0,00%
E - SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES	Própria	50.743.568,85	2,48%
Empréstimos Simples		50.743.568,85	2,48%
(-) Liberação de Empréstimos		-	0,00%

(4) O TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS não inclui os débitos do patrocinador oriundos da reversão da dação em pagamento, no valor de R\$ 86.061.832,66.

Informações gerais:

Custodiante: Banco Bradesco S.A

Responsável pela controladoria: Banco Bradesco S.A

Responsável pela consolidação: Banco Bradesco S.A

Responsável pelo controle do risco: Fundação Itaipu

Responsável pela auditoria de gestão: UHY Moreira Auditores

Informações do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, parágrafo 5º, do Artigo 35 da Lei Complementar nº 109, 29/05/2001

Administrador Qualificado: Silvio Renato Rangel Silveira - Diretor Superintendente da Fibra

Tel: 41-3321.4365 - e-mail: rangel@fundacaoitaipu.com.br

5. DEMONSTRATIVO POR TIPO DE GESTÃO: TERCEIRIZADA OU PRÓPRIA

Data:31/12/2011

(Inciso III e VII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

TIPO DE GESTÃO/ GESTORES	RENDA FIXA	%	RENDA VARIÁVEL	%	ESTRUTURADOS	%	OPERAÇÃO C/ PART.	%	IMÓVEIS	%	TOTAL	% sobre o total
1 - GESTÃO PRÓPRIA-Fibra	1.390.908.448,35	92,15%	-	-	-	-	50.743.568,85	100	48.832.573,22	100	1.490.484.590,42	72,87%
2 - GESTÃO TERCEIRIZADA	118.418.527,86	7,85%	380.284.600,16	100%	56.150.560,55	100%	-	-	-	-	554.853.688,57	27,13%
BANCO SANTANDER S/A	-	-	54.214.379,62	14,26%	4.623.856,48	8,23%	-	-	-	-	58.838.236,10	2,88%
BANCO BBM S/A	-	-	23.572.942,58	6,20%	-	-	-	-	-	-	23.572.942,58	1,15%
BANCO BRADESCO S/A	-	-	95.447.127,06	25,10%	-	-	-	-	-	-	95.447.127,06	4,67%
BANCO BRASCAN S/A	-	-	-	-	1.831.358,34	3,26%	-	-	-	-	1.831.358,34	0,09%
QUEST INVESTIMENTOS	-	-	7.732.436,01	2,03%	-	-	-	-	-	-	7.732.436,01	0,38%
BLACK ROCK	-	-	63.199.261,98	16,62%	-	-	-	-	-	-	63.199.261,98	3,09%
BANCO ITAÚ S/A	-	-	20.009.394,43	5,26%	-	-	-	-	-	-	20.009.394,43	0,98%
BRZ ADM DE RECURSOS S/A	31.285.930,93	2,07%	-	-	26.012.504,29	46,33%	-	-	-	-	57.298.435,22	2,80%
DGF GESTÃO DE FUNDOS LTDA	-	-	-	-	2.548.812,90	4,54%	-	-	-	-	2.548.812,90	0,12%
PATRIA INVESTIMENTOS	-	-	-	-	2.147.604,88	3,82%	-	-	-	-	2.147.604,88	0,10%
RIO BRAVO	-	-	10.329.071,87	2,72%	8.071.370,93	14,37%	-	-	-	-	18.400.442,80	0,90%
NEO INVESTIMENTOS	-	-	-	-	10.915.052,73	19,44%	-	-	-	-	10.915.052,73	0,53%
SCHRODER INVEST. BRASIL S/A	-	-	51.308.217,91	13,49%	-	-	-	-	-	-	51.308.217,91	2,51%
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S/A DTVM	34.040.499,12	2,26%	-	-	-	-	-	-	-	-	34.040.499,12	1,66%
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	53.092.097,81	3,52%	54.471.768,70	14,32%	-	-	-	-	-	-	107.563.866,51	5,26%
TOTAL GERAL (% s/ o total dos investimentos)	1.509.326.976,21	⁽⁶⁾ 73,79%	380.284.600,16	18,59%	56.150.560,55	2,75%	50.743.568,85	2,48%	48.832.573,22	2,39%	2.045.338.278,99	100%

(5) Percentual contempla os recursos da conta disponível / imediato

6. RISCO DE MERCADO MENSAL
(21 DIAS ÚTEIS) - INTERVALO DE CONFIANÇA DE 95%

VaR - Valor em Risco	2010		2011		% Limite Política
	Valor R\$	% do Valor	Valor R\$	% do Valor	
Segmento de Renda Fixa	22.292.369	1,63	21.934.848	1,32	1,50 ⁽⁶⁾
Segmento de Renda Variável	25.071.507	0,56	20.052.438	-1,90	8,00 ⁽⁷⁾

(6) Alterado o limite na Política de Investimentos para 2009 para 1,50% ao mês.

(7) Para o segmento de Renda Variável o risco é avaliado através da limitação do risco da carteira, que será limitado a uma perda de no máximo 8,00% ao ano em relação ao benchmark do fundo (Ibovespa ou IBX-50).

7. RISCO DE CRÉDITO⁽⁸⁾

Segmento de Renda Fixa	2010	2011	% Limite	Resolução 3.792
Baixo Risco de Crédito Tesouro	84,27%	89,50%		100,00%
Baixo Risco de Crédito Outros (inclui Títulos Privados)	15,73%	10,50%		80,00%
Médio e Alto Risco de Crédito	-	-		20,00%

(8) Percentual em relação à carteira de investimentos.

8. EMISSÕES DE TÍTULOS PRIVADOS CARTEIRA PRÓPRIA

EMPRESA	APLICAÇÃO ATUAL	% PL
EMPRESAS FINANCEIRAS	40.338.581,44	1,97
Banco Pine S/A	24.902.956,00	1,22
Banco Industrial e Comercial S.A. (BICBANCO)	15.393.726,82	0,75
Banco Bradesco S/A	41.898,62	0,00
EMPRESAS NÃO-FINANCEIRAS	-	-
Total	40.338.581,44	1,97

9.INFORMAÇÕES SOBRE DESPESAS

DESCRIÇÃO	2010	2011
Despesas administrativas totais da Fibra	9.106.546,49	9.857.587,36
Pessoal e Encargos	6.568.069,93	6.940.656,33
Despesas com treinamentos - inscrições e viagens	76.279,70	59.684,33
Consultoria atuarial e previdenciária	101.604,34	132.302,96
Auditoria Externa	13.499,58	77.918,80
Consultoria de Investimentos	220.257,17	300.147,31
Despesas advocatícias	235.518,97	247.526,92
Comunicação Social	57.702,90	60.188,50
Consultoria de RH	39.263,79	36.738,14
Manutenção de equipamentos e software	137.706,31	234.388,28
Consultoria do Sistema de Gestão da Qualidade	117.112,47	82.069,35
Microfilmagem/digitalização e armazenagem de docs.	16.321,37	18.702,13
Estagiários, mensageiros e outros	52.437,21	77.473,06
Material de expediente	52.393,89	46.397,42
Seguros	35.758,29	34.048,73
Alugueis	205.559,13	194.114,37
Água, Luz e Telefone	41.615,85	42.716,97
Associações de Classe	54.120,67	62.875,68
Despesas de viagens	230.910,26	202.495,76
Despesas postais e telegráficas	45.333,71	53.407,98
Conservação, limpeza, copa, manutenção e condução e transporte	48.301,69	113.809,78
Despesas legais e tributárias (PIS,COFINS , TAFIC)	598.901,26	702.468,58
Jornais, livros e revistas	31.125,38	10.985,86
Depreciações e Amortizações	126.752,62	126.470,12

CUSTOS DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS		
DESCRIÇÃO	2010	2011
1 - DESPESAS CONTABILIZADAS DIRETAMENTE NO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	915.229,58	900.058,91
Honorários Advocatícios - recuperação de investimentos	290.964,37	415.587,39
IPTU e Condomínio de imóveis não locados e taxa de venda de imóveis	334.335,97	100.826,87
INSS s/ áreas averbadas do Edifício Governador Paritot de Souza	-	54.684,05
Custódia/Controladoria	230.814,59	263.529,87
SELIC, CETIP e outras	59.114,65	65.430,73
2 - DESPESAS DEBITADAS NOS FUNDOS EXCLUSIVOS	1.578.868,00	1.278.364,86
Auditoria Externa	11.961,60	15.680,00
Custódia/Controladoria	119.066,79	86.289,54
Corretagens	507.560,78	443.055,17
SELIC, CETIP, CBLC e outras	46.813,30	111.985,70
Taxa de Performance Fee	1.957,68	-
Taxa de Administração dos fundos exclusivos	824.307,85	575.274,45
Taxa de Fiscalização da CVM	67.200,00	46.080,00
TOTAL DOS CUSTOS DE GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	2.494.097,58	2.178.423,77
TOTAL DAS DESPESAS	11.600.644,07	12.036.011,13

10. INFORMAÇÕES GERAIS:

Custodiante: Banco Bradesco S.A.
Responsável pela controladoria: Banco Bradesco S.A.
Responsável pela consolidação: Banco Bradesco S.A.
Responsável pelo controle do risco: Fundação Itaipu
Responsável pela auditoria de gestão: UHY Moreira Auditores